

**FACULDADE DAMAS INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC**  
**RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**REBECA TÔRRES VASCONCELOS**

**SEGURANÇA NO MAR DO SUL DA CHINA: OS IMPACTOS DA  
MILITARIZAÇÃO CHINESA PARA OS PAÍSES DO SEU ENTORNO  
(2001-2018)**

**Recife**

**2019**

**FACULDADE DAMAS INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**REBECA TÔRRES VASCONCELOS**

**SEGURANÇA NO MAR DO SUL DA CHINA: OS IMPACTOS  
QUE A MILITARIZAÇÃO CHINESA TRAZ PARA OS PAÍSES DO SEU  
ENTORNO (2001-2018)**

**Trabalho de conclusão de curso como exigência  
parcial para graduação no curso de Relações  
Internacionais, sob a orientação do Prof. Dr.  
Antônio Henrique Lucena.**

**Recife**

**2019**

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

V331s Vasconcelos, Rebeca Tôres.  
Segurança do Mar do Sul da China: os impactos da militarização chinesa para os países do seu entorno (2001-2018) / Rebeca Tôres Vasconcelos. – Recife, 2019.  
64 f. : il. color.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Henrique Lucena.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2019.  
Inclui bibliografia.

1. Mar do Sul da China. 2. Militarização. 3. Realismo. I. Lucena, Antônio Henrique. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2019.2-419)

**FACULDADE DAMAS INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC**  
**RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**REBECA TÔRRES VASCONCELOS**

**SEGURANÇA NO MAR DO SUL DA CHINA: OS IMPACTOS DA  
MILITARIZAÇÃO CHINESA PARA OS PAÍSES DO SEU ENTORNO (2001-2018)**

**Trabalho de conclusão de curso como  
exigência parcial para graduação no curso  
de Relações Internacionais, sob orientação  
do Prof. Dr. Antônio Henrique Lucena.**

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Pedro Paulo Procópio

---

Prof. Dr. Elton Gomes

---

Prof. Dr. Antônio Henrique Lucena

Recife

2019

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiro a Deus por ter me ajudado até aqui, sempre estando comigo e aparecendo nos momentos mais difíceis, não só na minha graduação, mas em toda a minha vida. Agradeço também aos meus pais, Glébio e Raquel, por terem dado tudo por mim, terem proporcionado as melhores condições de vida que eu poderia ter, muitas vezes se sacrificando para poder nos dar o melhor, por serem pais compreensíveis, que apesar de todos os obstáculos lutaram para que eu tivesse a melhor educação possível. Agradeço também a minha irmã, Zayne, pelos 7 anos de companheirismo e mesmo apesar de muitas brigas, sempre foi presente e me ajudou nos momentos mais conturbados. Agradeço em especial ao meu tio Marcos que foi um dos maiores incentivadores, que sempre me apoiou e advogou por mim frente a minha família por ter escolhido um curso desconhecido, foi a primeira pessoa que me deu um livro sobre o tema e que até hoje continua me empurrando a ser a melhor profissional possível. Agradeço a toda minha família, avós, tios e primos que mesmo longe sempre oraram por mim e me ajudaram durante a minha caminhada, também a Neide que foi minha segunda mãe que até hoje ocupa um lugar muito importante na minha vida e formação como pessoa, também a Célia que sempre teve muita paciência comigo durante esses anos, sempre fez e faz tudo para me agradar e que sempre me tratou com muito carinho e cuidado. Aos meus amigos que compartilham comigo as dores e os sorrisos, que tiveram paciência comigo todo esse tempo, principalmente o final do curso, quando tive que sacrificar muitas coisas para poder redigir esse trabalho. Sou grata a todos os meus professores, desde a minha professora da alfabetização Adilina pois sem ela eu não poderia estar escrevendo hoje, a todos os meus mestres no ensino fundamental, médio e superior, mas em especial ao meu orientador Antônio pois se não fosse por ele eu não teria terminado esse trabalho, quando muitas vezes eu queria desistir e ele não me deixou, sempre foi muito mais que um professor, mas um amigo, que sempre me ajudou e me motivou a ser não só uma estudante, mas também uma pessoa melhor. A todas as pessoas que direto e indiretamente estão presentes na minha vida e que sempre torcem pelo o meu melhor.

# SEGURANÇA NO MAR DO SUL DA CHINA: OS IMPACTOS DA MILITARIZAÇÃO CHINESA PARA OS PAÍSES DO SEU ENTORNO (2001-2018)

Rebeca Tôres Vasconcelos

## RESUMO

O governo de Deng Xiaoping trouxe várias mudanças no comportamento chinês em relação a suas políticas nacionalistas e dentre e o fortalecimento do Estado chinês, tendo isso como base o governo passou a investir principalmente na seguridade dos seus territórios dentre eles o Mar do Sul da China. O presente trabalho analisa o processo de militarização do Mar do Sul da China pelo governo chinês e as suas consequências trazidas por esse processo para os países da região do Sudeste Asiático, mas como também os Estados Unidos que vive hoje uma “batalha” contra a China pela a posição de hegemônico mundial. Em um primeiro momento buscou-se trazer uma análise histórica, destacando alguns eventos que ocorreram na região. O segundo capítulo traz uma abordagem mais teórica de como o comportamento do governo chinês pode ser entendido a luz do realismo defensivo, também mostrando mais profundamente o processo de militarização, principalmente da marinha chinesa. O terceiro capítulo tem uma abordagem mais analítica de como o posicionamento chinês reflete nos países ao seu redor, e as suas tentativas de conter as ações expansionistas chinesas.

**Palavras Chaves:** Mar do Sul da China, Militarização, Realismo

# SECURITY IN THE SOUTH CHINA SEA: THE IMPACTS OF CHINESE MILITARIZATION IN THE REGION (2001-2018)

Rebeca Tôres Vasconcelos

## ABSTRACT

Deng Xiaoping's government has brought about several changes in Chinese behavior in relation to its nationalist policies and among them the strengthening of the Chinese state, based on this the government began to invest mainly in the security of its territories among them the South China Sea. The following paper seeks to analyze the process of militarization of the South China Sea by the Chinese government and its consequences for the countries of the Southeast Asia region, but also the United States that is currently in a “battle”. against China for the position of world hegemonic. At first, we sought to bring a historical analysis, highlighting some events that occurred in the region. The second chapter provides a more theoretical approach to how the behavior of the Chinese government can be understood in the light of defensive realism, also showing more deeply the militarization process, especially of the Chinese navy. The third chapter has a more analytical approach to how China's positioning reflects on the countries around it, and its attempts to contain Chinese expansionary actions.

**Keywords:** South China Sea, Militarization and Realism

## LISTA DE ABREVIACOES

AIE .....	Agência Internacional de Energia
ASEAN .....	Associação de Nações do Sudeste Asiático
BPD .....	Barris por Dia
CARAT.....	<i>Cooperation Afloat Readiness and Training</i>
CIJ .....	Corte Internacional de Justiça
CNUDM .....	Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar
EPL .....	Exrcito Popular de Libertao
FAF .....	Forças Armadas Filipinas
FONOP .....	<i>Freedom Navigation Operation</i>
PCC .....	Partido Comunista Chinês
RPC .....	República Popular da China
RSV .....	República Socialista do Vietnã
MSC .....	Mar do Sul da China
MLF .....	Mar do Leste das Filipinas
ZEE .....	Zona Econmica Exclusiva



## SUMÁRIO

Introdução .....	8
1. Antecedentes e ações militares no século XXI .....	10
1.1. A importância do Mar do Sul da China para a região da Ásia-Pacífico .....	10
1.2. Contextualização histórica e acontecimentos do século XXI .....	13
1.2.1 Acontecimentos do século XXI .....	14
1.3. Relevância para as Relações Internacionais .....	22
2. A relação das Teorias das Relações Internacionais e a estratégia militar chinesa .....	26
2.1. Realismo e as Ações Chinas .....	26
2.2. O Fortalecimento do Poder Marítimo da República Popular da China .....	33
3. Mar do Sul da China: Resposta dos Países Face a Militarização Chinesa .....	41
3.1. Relação RPC e a República Socialista do Vietnã .....	42
3.2. Relação da RPC com a República das Filipinas .....	47
3.3. Outras Reivindicações .....	51
Considerações Finais .....	56
Referências Bibliográficas .....	58

## INTRODUÇÃO

O Mar do Sul da China (MSC) localizado no Oceano Pacífico é um mar semifechado que é palco de disputas entre a maioria dos países banhados por ele. Nessa região se encontram importantes rotas marítimas que são fundamentais para o comércio internacional e para o desenvolvimento asiático. O envolvimento de países extra regionais acaba complicando ainda mais os conflitos levando a um impasse internacional sem perspectiva de resolução.

Tanto para a China quanto para os outros países da região o controle do MSC é vital para garantir o seu desenvolvimento e sua segurança, uma vez que o mar além de suas importantes rotas comerciais, é responsável pelo abastecimento energético e de pesca dos países da região. Em especial para a China, o controle do MSC daria a ela a capacidade de antecipar, prevenir e responder a ataques a sua segurança marítima e da sua navegação mercante. A visível assimetria de poder entre a China e os outros Estados costeiros adicionado pela durabilidade do comportamento da diplomacia e ações chinesas tem gerado tensões e incerteza entre esses vizinhos.

O trabalho foi motivado pela importância do crescimento chinês e como as ações deste país nessa área pode trazer consequências internacionais uma vez que o desenvolvimento chinês é um dos mais importantes eventos do século XXI. Tendo isso em mente a seguinte pesquisa tem como objetivo contribuir para a literatura sobre o tema, que apesar de parecer distante pode causar impactos diretamente no Brasil, uma vez que a China é o maior parceiro econômico do país.

O tema da pesquisa é a militarização do Mar do Sul da China pelo o governo chinês e quais as consequências que essas ações trazem para os países do seu entorno, com destaque ao período de 2001-2018, período em que essas ações se tornaram mais efetivas causando o aumento de tensões entre os países costeiros. Assim, essa pesquisa possui um objetivo geral e um específico. A pergunta que norteia esse trabalho é: Como as ações chinesas de militarização impactam nos países ao seu redor? Com objetivo de entender essas questões, o trabalho está dividido da seguinte forma: primeiro verificar os acontecimentos históricos que levaram ao crescimento das tensões no século XXI; segundo partindo do estudo do Realismo Defensivo, entender a estratégia militar chinesa em relação ao MSC; e o terceiro e último analisar as consequências trazidas pela a militarização chinesa na região.

A pesquisa possui um caráter exploratório que envolve coleta de dados e levantamentos bibliográficos sobre o tema. A revisão bibliográfica priorizou a utilização de fontes secundárias através da consulta de artigos e livros, além da análise de documentos oficiais acessados diretamente de sites oficiais dos governos e de matérias jornalísticas. Na tentativa de manter uma pesquisa abrangente, foram utilizadas obras de autores brasileiros e internacionais e dados quantitativos disponíveis.

O trabalho está dividido em três capítulos, além da introdução e da conclusão. O primeiro capítulo faz uma pequena introdução sobre o tema, destacando a importância do Mar do Sul da China para a região, em seguida faz-se uma contextualização histórica sobre a região e um terceiro ponto que traz uma retrospectiva de acontecimentos no século XXI que ajudaram a aumentar as tensões entre os países contestadores do mar. No segundo capítulo é estudado o processo de militarização chinês à luz do Realismo Defensivo. E no terceiro capítulo se trabalha as consequências diretas do comportamento chinês, focando nos outros dois principais contestadores o Vietnã e as Filipinas que são também os possuem as relações mais energética com a China como poderá ser visto mais à frente, e para concluir um breve resumo sobre a conduta dos outros países envolvidos na questão.

## **1. ANTECEDENTES E AÇÕES MILITARES NO SÉCULO XXI**

A China é hoje a segunda maior economia do mundo, que possui uma população maior de 1,38 bilhão de pessoas o que representa quase um quinto da população total da terra. Desde a introdução das políticas econômicas em 1978 é um dos países que mais cresce no mundo, sendo o maior exportador e o terceiro maior importador de mercadorias no planeta. Além disso, o país é conhecido por sua potência nuclear, também tem o maior exército do mundo em números de soldados e o segundo maior em orçamento de defesa (BBC, 2018). A história da China (RPC) é marcada por disputas sobre exercício de soberania em territórios que considera seus; como é o caso do Tibete, Hong-Kong, Macau, Taiwan entre outros. Além dessas conhecidas questões o Estado Chinês vem enfrentado disputas de soberania sobre ilhas no Mar do Sul da China (MSC) que possuem um enorme potencial econômico e militar (PEREIRA, 2014)

Tendo isso em mente, esse capítulo tem como objetivo fazer um breve resumo sobre os acontecimentos históricos e uma linha do tempo das disputas pelo controle do Mar do Sul da China no século XXI, pois é em 2001 que se acentuam os interesses dos Estados diretamente envolvidos na questão e também atores não regionais como é o caso dos Estados Unidos (EUA), e é também a partir desse momento que o governo chinês dá um passo maior em relação à militarização do MSC. No primeiro momento será feito uma síntese sobre a importância desse mar para a região, mostrando o porquê dessa região ser uma área tão disputada. Em seguida destacaremos os principais acontecimentos que levaram ao aumento dos conflitos, com destaque as questões do Vietnã e Filipinas, pois são os principais contestadores além da China. E por fim, destacaremos a importância da discussão dessa questão para as Relações Internacionais.

### **1.1 – IMPORTÂNCIA DO MAR DO SUL DA CHINA PARA REGIÃO DA ÁSIA-PACÍFICO**

São três os fatores que atribuem relevância ao Mar do Sul da China: as rotas de comércio marítimo, os recursos energéticos e sua capacidade pesqueira. É de extrema relevância destacar que mais da metade da tonelagem da frota e um terço do volume marítimo global trafegam pelas águas do MSC. De acordo com Rui Pereira (2014), pela a região é transportada 80% do petróleo

destinado ao Japão, Coreia do Sul e Taiwan. Agência Internacional de Energia (AIE) (Energy International Agency – EIA) afirma que, em 2020, a RPC será o maior importador de petróleo do planeta e que em 2035, necessitará importar cerca de 13,8 milhões de barris de petróleo-dia, para o governo chinês, o controle desse território mitigaria a vulnerabilidade do país em relação a sua demanda. Em relação à pesca, o MSC corresponde a cerca de 10% da produção global de pescado, além da atividade sustentar a subsistência de milhares de pessoas<sup>1</sup> (SILVA, 2015).

Não é de hoje que a China vem alegando possuir direitos históricos sobre a região do Mar do Sul da China, porém tais reivindicações, ao logo dos anos 2000, tem ganhado uma amplitude maior ao ponto dos chineses disputarem praticamente a totalidade do MSC, como também efetiva seu pleito construindo ilhas artificiais e orientando a sua diplomacia a atuar mais assertiva para que esses anseios sejam atendidos, enviando frequentemente notas verbais para a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM)<sup>2</sup> e aos Tribunais Internacionais. A intensificação da disputa a respeito da soberania e delimitação da Zona Econômica Exclusiva (ZEE)<sup>3</sup> entre a China e os outros sete Estados da região tem chamado à atenção de outros países (SILVA, 2016). Sendo assim, é imprescindível destacar o papel desse país no cenário internacional e principalmente na sua relação com os países ao seu redor que acabam sendo os mais afetados por ações expansionistas.

Uma série de acordos foram firmados no início dos anos 1960, porém as contestações fronteiriças permanecem até hoje. A China reivindica territórios com praticamente todos os seus vizinhos que são banhados pelo MSC que é considerado o maior mar do mundo cobrindo uma área de aproximadamente 3,5 milhões de km<sup>2</sup> (SILVA, 2015). O Mar do Sul da China, como se pode ver no mapa 1, é circundando ao norte pela a China e Taiwan, a leste pelas

---

<sup>1</sup> Segundo o instituto de pesquisa chinês National Institute for South China Sea Studies<sup>19</sup> (NISCSS), existem cerca de 400.000 chineses engajados diretamente em atividades de pesca no MSC (NISCSS, 2011, p. 17).

<sup>2</sup> É um instrumento internacional que governa as relações sobre espaços marítimos e outros aspectos ligados ao direito do mar; possibilita que os Estados costeiros estabeleçam zonas marítimas – mar territorial, zona econômica exclusiva e plataforma continental. O Estado costeiro pode fixar seu mar territorial em até 12 milhas a partir de suas linhas de base, sua zona econômica exclusiva de até 200 milhas marítimas e uma plataforma continental, que compreende o leito e o subsolo marinho, de até 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial.

<sup>3</sup> Os artigos 55 a 59 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar abordam a Zona Econômica Exclusiva (ZEE). Esses artigos apresentam a definição de ZEE, os direitos do Estado costeiro, extensão da ZEE etc. A extensão da ZEE é de até 200 milhas náuticas (Art. 57), medida a partir da linha de base do mar territorial. Na sua ZEE, o Estado costeiro tem direitos soberanos para exploração, gerenciamento de recursos naturais vivos e não vivos, das águas sobrejacentes ao leito do mar e seu subsolo (Art. 56). Além disso, o mesmo artigo 56 prevê que o Estado costeiro exerce, na sua ZEE, jurisdição quanto à criação e utilização de ilhas artificiais, realização de pesquisa científica, bem como a proteção e preservação do ambiente marinho. Disponível em: <[http://www.un.org/Depts/los/convention\\_agreements/texts/unclos/unclos\\_e.pdf](http://www.un.org/Depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf)>. Acessado em: 04 de abril de 2019.

Filipinas, a oeste pelo Vietnã e ao sul por Brunei, Indonésia e Malásia. Além dos recifes de corais o MSC abriga duas disputadas ilhas: a Ilha de Paracel situada ao norte do Mar que é palco de disputas entre a China e o Vietnã, e a Ilha de Spratly localizado mais ao sul do território reivindicado pela China, Taiwan, Malásia, Filipinas e Brunei

Mapa 1: Áreas de disputas no Mar do Sul da China



Fonte: Editora Abril (2016)

A CNUDM, assinada em 1982, pode ter, indiretamente, construída um dos motivos para a corrida a soberania das Ilhas do MSC, pois as ocupações delas permitiriam assim alargar a ZEE dos países em questão. Dos sete atores regionais, somente a Indonésia não possui reivindicações na área, Taiwan, por não ser amplamente reconhecido como Estado, não pode se tornar parte da Convenção, contudo adotou uma legislação reivindicando zonas marítimas como as que estão previstas na CNUDM em 1998 (SILVA, 2016).

Nesse contexto é válido analisar a importante diferença jurídica entre os termos ilhas e rochedos, nos termos da CNUDM. Segundo o artigo 121.1, ilha é “uma formação natural de terra, rodeada de água, que fica a descoberto na preamar”, sendo assim, o critério de formação natural já desqualifica o pleito da China sobre as ilhas artificiais, construídas em baixo a descoberto ou em recifes. Já segundo o artigo 121.3, rochedos são “uma formação natural, de terra, cercado de água e acima na maré alta, que não se prestam à habitação humana ou à vida

econômica não devem ter zona econômica exclusiva nem plataforma continental”. As outras características físicas (recifes, bancos de areias, atóis, baixos e descobertos), não geram por si próprias zonas marítimas. Sendo assim, o Direito Marítimo Internacional desqualifica o pleito chinês, uma vez que a construção de ilhas artificiais, e a posse de recifes e afins, não garante o aumento da ZEE (BRASIL, 1990).

## **1.2 – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E ACONTECIMENTOS DO SÉCULO XXI**

As disputas em torno do MSC não podem ser limitadas apenas à interpretação das CNUDM, mas também as questões de costumes internacionais que são chave para entender questões relacionadas ao Direito do Mar. Não são de hoje que embarcações de diferentes países e dinastias transitam pelo o MSC, existem relatos históricos de que o tráfego nessa região acontece pelo menos há dois mil anos. Por muito tempo a dinastia Han dominou o comércio da região, porém quando o império chinês se voltou para a Rota da Seda ou se “afastou” do comércio por questões beligerantes essa região acabou sendo controlada pelos mais diversos reinos e posteriormente Estados. Espanha, Portugal, Holanda, Reino Unido, no século XVI se colocaram muito presente no comércio da região, chegando a conquistar portos e até mesmo cidades. Durante o século XVII houve uma diminuição da influência europeia, mas que logo no século XIX e XX foi retomada pela França e o Reino Unido (FAKHOURY, 2019).

Os países que hoje lutam pelas ilhas se baseiam em argumentos arqueológicos de documentos e objetos chineses e vietnamitas encontrados no MSC datados a mais de dois mil anos. Entretanto é difícil confirmar essa hipótese uma vez que a descoberta dos objetos não comprova especificamente que tais povos viveram na região ou se foram apenas transportados durante as trocas comerciais. O Japão durante os anos de 1942 a 1945 foi o único país que conseguiu controlar o Mar em sua totalidade devido à conquista dos países que hoje estão em disputa. Porém a derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial levou a uma reorganização da geopolítica do MSC levando a China a controlar novamente as ilhas. Ao assinar a Declaração do Cairo, em 1943, o Japão perdeu todas as ilhas do Pacífico que tomou ou ocupou desde o início da Primeira Guerra e todos os territórios que tinha roubado da China. Em 1951, foi assinado o Tratado de San Francisco o qual consta que “o Japão renunciará a todo direito, título e indenização sobre as Ilhas Spratly e Paracel” (FAKHOURY, 2019).

Durante a Guerra Fria e as revoluções de independências da região o MSC era patrulhado pelas marinhas americanas, britânicas e francesas para evitar revoltas e para tentar

impedir o abastecimento de guerrilhas que lutavam ao lado dos comunistas. Com a Guerra do Vietnã (1955-1975) a presença francesa e britânica acabou, levando a ascensão dos Estados Unidos como potência naval da região. Em 1958 a China que não foi convidada para participar da I Convenção das Nações Unidas pelo Direito do Mar, aprovou sua Declaração de Mar Territorial, reivindicando soberania territorial sobre grande parte das ilhas da região do MSC dando início as discussões e conflitos que vemos atualmente (FAKHOURY, 2019).

### **1.2.1 – OS ACONTECIMENTOS DO SÉCULO XXI**

As disputas pelo território no século XXI começam no dia 1 de abril de 2001 quando um avião de sinalização de inteligência da marinha norte-americana (EP-3) se chocou com uma aeronave de interceptação chinesa (J-8II) a 160 km das instalações militares chinesas das Ilhas de Parcel; no ocorrido um piloto chinês morreu e a aeronave norte-americana foi forçada a pousar na Ilha de Hainan a 10 km do ocorrido. Os 24 tripulantes do avião norte-americanos foram detidos e interrogados e só foram liberados após uma declaração do governo dos Estados Unidos. Na carta o embaixador norte-americano informou que o governo estava arrependido pela morte do piloto chinês e por ter aterrissado no território sem nenhuma comunicação ou autorização as autoridades chinesas (THE FREE LIBRARY, 2001).

Em janeiro de 2005 aconteceu a segunda ação militar na região do MSC quando navios chineses atacaram navios pesqueiros vietnamitas matando nove pessoas e outro navio pesqueiro teve sua tripulação de oito pessoas detidas na Ilha de Hainan. O governo chinês afirmou que os tripulantes eram piratas e que eles teriam iniciado o ataque (TAIPEI TIMES, 2005). O terceiro ataque acontece em 2009 quando o governo dos Estados Unidos denunciou que embarcações chinesas realizaram manobras perigosas em frente a um navio de vigilância norte-americano, o USNS Impeccable, segundo as testemunhas os tripulantes do navio chinês estavam com bandeiras mandando o navio americano se retirarem da área, os chineses também teriam parado seus barcos muito perto da embarcação americana quase causando uma colisão (CNN, 2009).

Ocorreu mais uma tensão em fevereiro de 2011 quando Dongguan, uma fragata de mísseis da classe Jianghu-V chinesa atacou navios pesqueiros filipinos (F / V Jaime DLS, F / V Mama Lydia DLS e F / V Maricris 12) que estavam na área de disputa entre os dois países nas proximidades de Palawan. Segundo as testemunhas uma das embarcações filipinas teve problema em levantar a âncora sendo a tripulação obrigada a corta-la para fugir dos disparos, os pescadores que estavam nos barcos foram obrigados a atracar na Ilha Lawak, ocupada pelas Filipinas, após alguns dias a tripulação voltou para o local do incidente para recuperarem a



ancora e reportaram atividades chinesas na região. Eduardo Oban, chefe das Forças Armadas disse que o governo aumentará o ritmo operacional de suas patrulhas de rotinas e voos de reconhecimento dentro das fronteiras do país. Na mesma semana o Departamento de Relações Exteriores convocou o encarregado de Negócios da Embaixada da China para prestar esclarecimento sobre o acontecido (JAMANDRE, 2011).

Um navio de pesquisa petrolífera vietnamita teve seus cabos cortados deliberadamente por embarcações chinesas a 120 km da costa do Vietnã em maio de 2011. O Ministério das Relações Exteriores da China culpou os vietnamitas afirmando que suas operações de petróleo e gás “minaram os interesses e direitos jurisdicionais chineses”. Esse incidente aconteceu dias após uma conferência regional sediada em Singapura (BBC, 2011a) Um mês após o incidente, Hong Lei, porta voz do Ministério das Relações Exteriores Chinês disse que barcos de pesca chineses foram repelidos por navios vietnamitas armados, segundo ele a rede de pesca de um dos barcos chineses se enrolou com os cabos de uma embarcação vietnamita de exploração de petróleo, que continuou a arrastar a embarcação chinesa por mais de uma hora antes que a rede fosse cortada. A China exigiu que todas as ações vietnamitas na região ao redor do banco Wanan do arquipélago de Spratly fossem encerradas, pois violam a soberania e o direito marítimo chinês (BBC 2011b).

As disputas entre Filipinas e China pela a região ganhou mais forças, em abril de 2012 quando um navio de guerra filipino Gregorio del Pilar se envolveu em um impasse com dois barcos de pesca chineses no coral de Scarborough, uma área disputada pelos dois países. O Departamento de Relações Exteriores das Filipinas informou que foi feita uma inspeção nos navios chineses e foram encontradas espécies marítimas protegidas pelo Estado Filipino, como tubarões e corais que foram coletados ilegalmente. Logo depois duas embarcações chinesas bloquearam a foz da lagoa impedindo a prisão dos pescadores chineses, a Embaixada da China em Manila apontou que os pescadores chineses foram assediados moralmente pela tripulação do Gregorio Del Pilar. Para amenizar a situação diplomática os dois países fizeram concessões e se revogaram protestos sobre o episódio (CNN, 2012)

Três dias após o incidente ocorreu em Palawan, exercícios navais juntamente com os EUA, que contou com cerca de 6.000 soldados norte-americanos, realizaram simulações de invasão de praias, exercício com fogo real e operações de serviços comunitários. As autoridades Filipinas afirmaram que os exercícios não estavam relacionados ao impasse sobre a região de Scarborough e que já tinha sido agendada antes do ocorrido (WHALEY, 2012). A China pediu aos seus nacionais que não embarcassem mais para a região e aumentou as barreiras comerciais

para banana e abacaxi produtos estes que são produtos importados das Filipinas e interrompeu o turismo para o país (GRAMMATICAS, 2012).

Em junho de 2012, a Assembleia Nacional do Vietnã aprovou uma lei de demarcação de fronteiras que enquadrava as Ilhas de Paracel e Spratly dentro das suas fronteiras marítimas (PERLEZ, 2012). No mês seguinte a Comissão Militar Central da China aprovou uma guarnição das Forças Armadas Chinesas especificamente para o MSC afirmando que a China “goza de soberania absoluta sobre a região”, ato que foi fortemente criticada pelo Vietnã (REUTERS, 2012). Em 1o de setembro do mesmo ano, o governo de Taiwan realizou exercícios militares em sua costa nomeando o Vietnã como “inimigo imaginário”. O governo do Vietnã exigiu que Taiwan encerrasse imediatamente a simulação, o que não foi atendido (BLOOMBERG NEWS, 2012). Quatro dias após a tensão entre Taiwan e Vietnã o presidente filipino Benigno Aquino assinou a Ordem 29 que renomeia as águas do Mar da China Meridional na ZEE do país como Mar das Filipinas Ocidentais. Para justificar a renomeação oficial das águas, a Ordem indica o Decreto Presidencial de no1599, emitido em 1978, que estabeleceu o ZEE das Filipinas, na prática os documentos oficiais emitidos pelas Filipinas renomeiam quase a totalidade do MSC (UBAC, 2012).

Em março de 2014, a Guarda Costeira chinesa expulsou dois navios filipinos das Ilhas de Spratly, o governo filipino reprovou a ação de bloqueio dos navios chineses uma vez que a área onde o fato ocorreu está dentro da ZEE das Filipinas (MANGOSING, 2014). Em maio ocorreram várias manifestações no Vietnã após navios chineses e vietnamitas se chocaram, o incidente ocorreu perto de uma plataforma de petróleo que foi inaugurada pela China, o incidente ocorreu entre navios filipinos e navios chineses que estavam guardando a plataforma. O Vietnã afirma que a RPC enviou cerca de 80 navios para apoiar uma operação de perfuração de petróleo dentro de uma área de disputa dos dois países, ainda divulgou vídeos nos quais mostra navios chineses bombardeando os navios vietnamitas. Após o incidente, o governo dos EUA acusou o governo chinês de provocação e os alertaram que disputas como essa poderia desestabilizar a região. O incidente também chamou a atenção da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)<sup>4</sup> que adotou pela primeira vez um tom mais sério em relação as

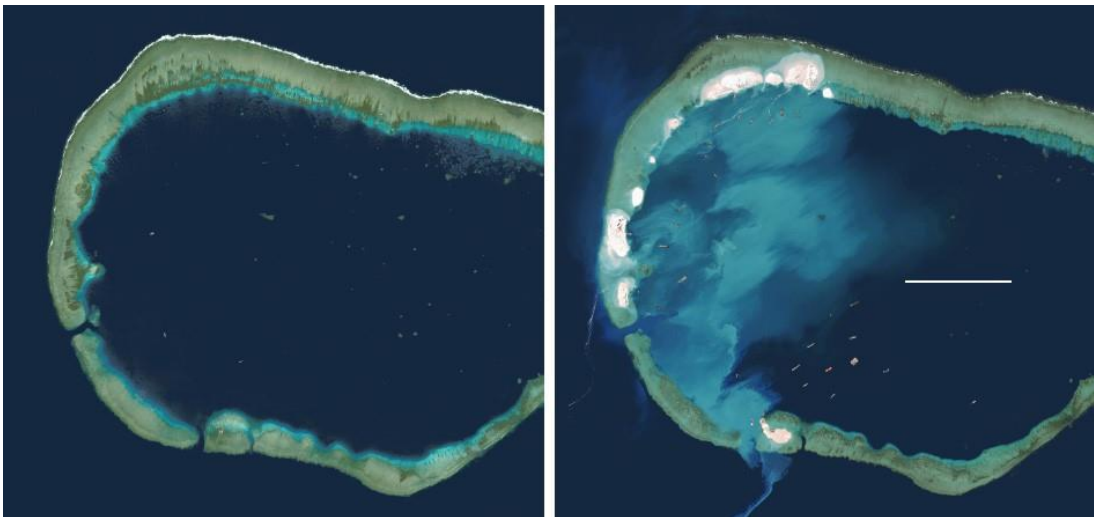
---

<sup>4</sup> (Malásia, Tailândia, Filipinas, Indonésia, Singapura, Vietnam e Brunei.) A associação de Nações do Sudeste Asiático é uma organização regional instituída em 08 de agosto de 1967 através da declaração de Bangkok. A China não é membro da organização, mas em 2002 assinou um acordo para a criação de uma Área de Livre Comercio entre a ASEAN e a China, em vigor desde 2010.

ações chinesas emitindo um comunicado de preocupação com as tensões na região (BBC, 2014).

Satélites mostram a construção de ilhas artificiais criadas pela China no Recife Mischief, as imagens mostram o crescimento, seus poucos barrancos e palafitas sendo substituídos por prédios. As fotografias abaixo (Imagem1) tiradas em janeiro de 2012 e março de 2015 mostram que a china tem levado uma quantidade enorme de areia ao redor do recife para formar uma massa terrestre. O governo dos Estados Unidos reprovou a ação lembrando que segundo a CNUDM: ilhas artificiais não garante que a nação que as ocupe tenha direito as suas águas territoriais. O então secretário de defesa dos EUA, Ashton B. Carter disse que as ações chinesas "aumentam seriamente as tensões e reduzem as perspectivas de soluções diplomáticas" em territórios disputados pela as Filipinas e Vietnã e indiretamente por Taiwan. Apesar de outros países como Vietnã e Malásia terem tomado decisões semelhantes para alargamento dos corais como a China, nenhum deles possui o poder de dragagem e construção igual ao chinês (SANGER, 2015).

Imagem 1: Crescimento Chinês nas Ilhas Spratly



Fonte: Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais via Globo Digital (2015)

A construção e alargamento dessas ilhas fornecem a Pequim espaço para montar um aparato militar que permitirá que o governo conduza patrulhas regulares, tanto aéreas quanto marítimas, através da criação de postos avançados criados dentro de todo o MSC. A criação dessas bases dá mais forças as pressões chinesas para com os outros requerentes da região. Devido à agilidade do governo chinês em montar essa estrutura a soberania da China nessa

região pode se consumir antes mesmo que qualquer outro contestante possa fazer alguma ação realmente efetiva (FAKHOURY, 2019).

As Ilhas Spratly são um arquipélago com mais 750 ilhas, ilhéus, corais e recifes. Estrategicamente, as ilhas controlam algumas das principais rotas mercantes do sudeste asiático, também uma das maiores reservas de petróleo e gás natural da região. Boa parte dessas características físicas está praticamente ou completamente submersa, enquanto outras estão permanentemente acima do nível do mar apenas na maré baixa. O Vietnã acabou ocupando as Ilhas Spratly em setembro de 1973, porém em 1988, a China conseguiu recuperar os territórios, no entanto, não chegou a desalojar os filipinos e vietnamitas que viviam no local. Hoje, oito ilhas são controladas pela China e vinte nove pelo Vietnã, outras oito são controladas pelas Filipinas, Malásia, Brunei e Taiwan (FAKHOURY, 2019).

Em outubro de 2015, a marinha dos EUA confirmou que um dos seus destróieres de mísseis, o USS Lassen, navegou em um raio de 12 milhas náuticas de uma ilha artificial chinesa. A embarcação estaria realizando uma operação de liberdade de navegação (FONOPs) no MSC, apesar de rejeitar qualquer reivindicação marítima por recursos chineses essa foi uma afirmação da força da Marinha dos EUA. O Ministro das Relações Exteriores chinês aconselhou os EUA a “pensar novamente antes de agir, e não agir cegamente ou criar problemas do nada” (PANDA, 2015). Ao realizar esse tipo de operação os EUA conseguem de alguma forma moldar essa ação como um costume internacional, dando força a para o reconhecimento internacional desse tipo de operação. No entanto é pouco provável que a China tome alguma medida mais radical em relação a esse tipo de operação uma vez que daria aos EUA e seus aliados um motivo para reforçar ainda mais a presença na região e como resultado a China perderia força relacionado a seguridade do MSC (XIAOBO, 2019).

Em 2016, uma aeronave chinesa aterrissou em uma pista construída pela China no Recife Fiery Cross, o governo de Hanói viu o acontecimento como uma violação a sua soberania, uma vez que o país é um dos contestantes pela área das Ilhas Spratly. O governo vietnamita também protocolou um protesto formal na embaixada chinesa, solicitando que a China se abstenha de realizar outro embarque na Ilha disputada. O lado chinês não aceitou e disse que a acusação era infundada (PANDA, 2016).

A imagem 2 mostra que a China também está envolvida em dragagens ao norte do MSC, mais especificamente nas Ilhas de Paracel que fica a aproximadamente 15 km da base militar chinesa na Ilha de Woody (YongXing). Pelas as imagens, é possível visualizar uma base de

helicópteros em construção, essa nova base já parece ser mais sofisticada, com estruturas extensas que provavelmente servirão como reservatório de captura de água e depósitos de combustíveis (LEE, 2016).

Imagem 2: China produz terra em novos locais nas Ilhas de Paracel



Fonte: Victor Robert Lee, Digital Globe & ImageSat International (2016)

Os Paracel, reivindicados pela China, Vietnã e Taiwan, foram ocupados parcialmente pelo Vietnã até 1974, a China assumiu controle do Crescent Grupo em uma batalha contra as forças vietnamitas, desde então, a China controla todos os Paracel, porém as disputas por controle da área ainda permanecem. É um grupo pequeno de ilhas e recifes localizados no Mar da China Meridional, são constituídas por três grupos de atóis de corais. Em 1935 o conjunto de ilhas pertencia a Indochina, que na época estava sobre o controle francês, a China ocupa essa região desde 1974 após s um conflito armado contra o Vietnã, apesar de ser utilizada pelas forças armadas chinesas a região é disputada pelo o Vietnã e por Taiwan (PANDA, 2016).

Em fevereiro de 2016, o Ministro das Relações Exteriores japonês cancelou uma visita que faria a china após as várias tensões envolvendo o MSC. Apesar de estar geograficamente

distante da região o governo nipônico mostrou-se pronto para se envolver mais na questão. Em 2015, três dias depois da primeira ação da FONOP, o governo japonês enviou a Força de Autodefesa Marítima Japonesa para percorrer algumas áreas do MSC. Em novembro, o Ministro da Defesa do Japão e do Vietnã acordaram que navios japoneses poderiam fazer escala no Vietnã a partir deste ano. Após esse evento, o governo chinês afirmou que ficaria em alerta para qualquer intervenção japonesa na questão do MSC (PANDA, 2016).

Em abril do mesmo ano, os Estados Unidos juntamente com as Filipinas realizaram exercícios aéreos sobre o Coral de Scarborough. Seis aeronaves militares, os A-10 e HH-60 conduziram missões de conscientização do domínio aéreo e marítimo, recuperação de pessoal e combate à pirataria. "Missões como esta promovem a transparência e a segurança do movimento nas águas e no espaço aéreo internacional e mostram o compromisso dos EUA com os países aliados e parceiros, bem como com a estabilidade contínua da região Indo-Ásia-Pacífico", disse a Embaixada dos EUA em Manila (MANGOSING, 2016).

Em maio, o destroyer norte-americano USS Willian P Lawrence realizando um exercício da FONOP entrou 22 milhas náuticas no Recife Fiery Cross. Como retaliação a China enviou para a região dois aviões de caça e três navios de guerra, o Ministro das Relações Exteriores, Lu Kang, disse que o navio americano entrou ilegalmente em águas chinesas. Segundo o governo norte-americano essa ação foi feita para “desafiar” reivindicações marítimas excessivas, pela China, Taiwan e Vietnã, que procuram restringir os direitos de navegação do MSC. Segundo o secretário de Estado assistente do Leste da Ásia e do Pacífico, Daniel Russel, “se a marinha mais poderosa do mundo não pode navegar pra onde a lei internacional permitir, o que acontece com a marinha de países menores?” (MARTINA, 2016).

Em julho de 2016, o Tribunal de Arbitragem Permanente de Haia (TPA) rejeitou as reivindicações históricas territoriais chinesas, afirmando que a China não possui base legal para tal afirmação. O TPA julgou que a China interferiu nos direitos das Filipinas de exercer atividade pesqueira no Coral de Scarborough, porém o governo chinês ignorou a decisão, que favorecia as Filipinas. O presidente Xi Jinping disse que “a soberania territorial e os direitos marítimos chineses” não serão ameaçados pelo julgamento. As Filipinas apresentam na ONU, em 2013, uma Notificação Legal contra a China e uma Declaração de Reivindicação para estabelecimento de um tribunal arbitral sobre a jurisdição da CNUDM, para resolver o impasse sobre a questão do MSC (PHILLIPS, 2016).

O governo norte-americano lançou sanções as forçar armadas chinesas, em setembro de 2018, por comprar de aviões de combate SU-35 e um sistema de mísseis S-400 da Rússia. As sanções foram aplicadas baseadas em uma Lei a qual permite que os EUA sancionem qualquer pessoa que realizem transações significativas com certas pessoas afiliadas à inteligência e serviço militar russo, incluindo fabricantes de armas. Pequim manifestou sua indignação com as medidas repressivas, e que já estava em negociação solene com Washington, segundo o Ministério das Relações Exteriores da China, “as sanções norte-americanas violam as normas básicas das relações internacionais de prejudicam as relações de dois países e as duas forças armadas”. O governo chinês também pediu que os EUA corrigissem os erros imediatamente e revogasse as sanções, caso contrário “teriam que suportar as consequências” (GAOQUETTE, 2018).

Nesse mesmo mês a Força Aérea estadunidense conduziu voos de bombardeiros em áreas consideradas sensíveis pelos militares chineses. Segundo o Secretário de Defesa John Mattis, “não há nada fora do comum”, se fosse há 20 anos e eles não tivesse militarizado a área teria sido apenas outro bombardeiro em qualquer lugar. Os bombardeiros aconteceram próximos as Ilhas Senkaku, área controlada pelos japoneses, que a china reivindica, o ataque dos B-52 teria sido escoltado por caças japoneses. Uma semana anterior, o governo chinês negou a permissão de um navio de guerra da Marinha dos EUA para visitar Hong Kong. (BROWNE, 2018)

Em outubro de 2018, um navio chinês realizou manobras muito próximas a um navio estadunidense que desafiava as ameaças do governo chinês e navegava pela área de Mar do Sul da China. O destróier de mísseis guiados norte-americano USS Decatur realizava a operação “liberdade de navegação” percorrendo áreas próximas aos corais reivindicados pela China, quando foi interceptado pelo o destróier de guerra chinês Lanzhou. Em resposta ao incidente o Ministério da Defesa chinês lançou uma nota informando que o seu navio de guerra estava apenas defendendo a soberania chinesa no Spratly, onde Pequim possui ilhas artificiais fortificadas. Uma semana antes do ocorrido Mattis havia cancelado uma visita a Pequim onde discutiria questões de segurança envolvendo questões no Pacífico (LENDON, 2018).

Também em outubro, a Frota do Pacífico da Marinha dos EUA elaborou uma proposta classificada para demonstração global de força como um aviso a China e demonstra que os EUA estão preparados para impedir e combater ataques Chineses na região do MSC. O objetivo é realizar exercícios e simulações com navios de guerra, aviões de combate e tropas para mostrar que o seu potencial para o adversário. Com isso o governo americano tenta afirmar

ainda mais a sua operação liberdade de navegação, baseada no direito de livre passagem em águas internacionais. Em uma entrevista o presidente dos EUA, Donald Trump, disse que sua amizade frequentemente mencionada como líder Xi Jinping poderia ter terminado. O Pentágono já informou que levaria em conta as implicações diplomáticas de cada missão (STARR, 2018).

É interessante destacar a Cooperation Afloat Readiness And Training (CARAT)<sup>5</sup> que versam em exercícios bilaterais envolvendo a Marinha Norte Americana e a de outros Estados do Sudeste Asiático. Tem como objetivo promover a cooperação e a impermeabilidade entre as forças navais dos países participantes, em 1995 participaram apenas a Marinha dos EUA e a da Tailândia, em 2013, participaram a marinha de Bangladesh, Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Malásia, Singapura, Tailândia, Timor Leste e Estados Unidos, confirmando ainda mais a sua influência na região.

A CARAT funciona como uma série anual de exercícios navais entre os países foi projetada para melhorar as capacidades em um amplo espectro de operações navais, incluindo habilidades de segurança marítima coesão operacional entre as forças participantes, dentre as simulações estão exercício de artilharia para manter a prontidão dos marinheiros com sistemas de armas a bordo, operações de mergulho para promover a eficiência mútua debaixo d'água e um exercício de defesa aérea destinado a aumentar a proficiência em defesa aérea e de mísseis. A China ver esse tipo de cooperação como uma ameaça a sua soberania, uma vez que o fortalecimento das marinhas contestadoras pode atrapalhar os seus planos de militarização e conquista total da região do MSC, além da presença constante dos EUA na área.

Em janeiro deste ano, após uma patrulha do destróier de mísseis USS McCambell (DDG-85) da Marinha Americana, a china mobilizou seu sistema de mísseis balísticos de alcance intermediário e intercontinental (DF-26) anti-navios. O McCambell entrou 12 milhas náuticas das Ilhas de Parcel, segundo o governo norte-americano as forças americanas operam diariamente na região e que todas as operações são projetadas de acordo com o direito internacional, afirmou também que os EUA continuarão voando, navegando e operando onde quer que o direito internacional permita (WERNER, 2019).

### **1.3 – RELEVÂNCIA DA QUESTÃO PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

---

<sup>5</sup> Prontidão e treinamento à tona em cooperação. Tradução do autor. Series de exercícios anuais bilaterais conduzido pela marinha norte-americana e as marinhas de alguns membros do ASEAN e de outros países asiáticos como Bangladesh, Brunei, Camboja, Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Sri Lanka e Tailândia.



Os Estados Unidos e a China se acusam mutuamente de militarizar a região e a imprensa chinesa ligada ao Partido Comunista Chinês (PCC) já informou que não poupará esforços para defender sua soberania sobre as Ilhas Paracel e Spratly. Já os EUA se utilizam dos seus exercícios de “livre navegação” para permanecer na região, como também para tentar impedir que a China tome uma ação mais violenta. As ações norte-americanas na região apesar de serem vistas como benéficas para os outros países contestantes do MSC acabam por trazer mais um agravante a questão, pois a presença dos EUA é uma ameaça a mais a “soberania” chinesa (SILVA, 2015).

O Direito Internacional prevê, com base na Carta das Nações Unidas, uma série de meios para que os Estados possam resolver de maneira pacífica suas disputas. No caso do Mar do Sul da China a solução pode vir por meios políticos ou por meio de uma organização regional. Mecanismos de soluções pacíficas para a questão existem, entretanto houve uma potencialização das tensões uma vez que a China se nega a se submeter a jurisdição da Corte Internacional a partir de suas declarações (SILVA, 2016).

O processo de ascensão chinesa tem chamado a atenção dos países ao redor do mundo, havendo um enorme interesse por entender seu poder e suas atividades militares. Um dos pontos que levaram ao crescimento econômico chinês foi o investimento na área militar, é de enorme importância para o atual governo que as forças armadas tenham um papel de destaque na defesa da soberania nacional, integridade territorial, segurança e no apoio ao desenvolvimento pacífico do país (BARRANTES, 2015)

As autoridades chinesas entendem que o caminho para o fortalecimento seja uma posição mais forte em relação à conquista de territórios reivindicados pela a China que acabaram sendo conquistados por potências externas. Uma das principais preocupações são as disputas territoriais que acontecem ao sul do país no Mar da China. É impossível ignorar seu valor estratégico e econômico, com rotas marítimas que ligam o Nordeste Asiático e a zona Ocidental do Pacífico ao Oceano Índico e ao Médio Oriente. Pensa-se que o Mar do Sul da China pode conter uma variedade de recursos energéticos e minerais, porém a sua exploração está sendo comprometida pelas reivindicações de soberania entre os países da região (BARRANTES, 2015).

Hoje, as ações chinesas em relação às questões do MSC vêm sendo baseada na política “setting aside dispute and pursuing joint development”<sup>6</sup>, implantada por Deng Xiaoping que

---

<sup>6</sup> Deixar as disputas de lado e procurar o desenvolvimento conjunto. Tradução do autor.

possuem quatro elementos principais: A soberania dos territórios em causa é chinesa; enquanto as condições não estiverem propícias para solução completa, a discussão sobre a soberania deve ser adiada. Isso não significa abrir mão dos direitos, mas apenas deixar a questão adormecer; O desenvolvimento dos territórios disputados pode se dar de forma conjunta; e o objetivo do desenvolvimento conjunto é reforçar a compreensão mútua mediante a cooperação e criar condições para a eventual resolução definitiva (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2019).

Apesar do sucesso dessa política por um tempo, nos anos 2000 ela começou a enfraquecer, desde então vemos que a relação da China e os países da região estão em um espiral decrescente, o acúmulo de incidentes permitem concluir sobre as dificuldades de conciliação de interesses. Atualmente a China busca demonstrar sua posição como líder regional, para isso o uso da força é frequentemente usado, o nacionalismo e a memória da população em relação às humilhações sofridas estão guardados na memória dos chineses (PEREIRA, 2014).

As tensões do Mar do Sul da China, segundo Alexandre Carriço (2012), podem ser associadas com a questão do Dilema de Segurança, devido à militarização chinesa, especialmente se os EUA não mantivessem presença na região. O Dilema de Segurança é usado nas Teorias Realistas das Relações Internacionais, segundo ela, um Estado ao aumentar suas capacidades de defesa pode levar uma ameaça, mesmo que não proposital a outros Estados, estes Estados se sentido ameaçados tomariam medidas para também aumentar suas capacidades, criando ou inflamando tensões (BARRANTES, 2015).

São destacados três objetivos do governo chinês: a manutenção de um ambiente internacional saudável, para que o país consiga controlar suas relações socioeconômicas, principalmente com as periferias; outro ponto seria aumentar a influência e recursos da China de uma forma que não se assemelhe a uma ameaça para os outros países, ao estabilizar essa área o país consegue direcionar seus esforços apenas para questões relacionadas a crescimento econômico; e por fim, e acabar com a excessiva presença norte americana na sua zona de influência, mas sem gerar um conflito direto (GILL, 2007 apud BARRANTES, 2015). Por um lado, pode-se dizer que as atitudes chinesas estão atingindo seus objetivos uma vez que ao controlar as regiões do MSC ela consegue aumentar sua zona de influência, se tornando o único detentor da soberania do mar minando a influência dos EUA na região, mas por outro lado suas ações não muito diplomáticas acabam gerando conflitos com os países da Ásia-Pacífico e aumentando a desconfiança do governo estadunidense.

A RPC continua com o seu programa de militarização, afirmando que este é usado para defesa da sua soberania nacional, mas os outros países não enxergam sua intenção dessa maneira, a China rejeita qualquer visão revisionista, e lutam contra os países que tentam desafiar o seu poder, como foi visto nos exemplos dados acima sobre conflitos envolvendo a China e outros países da região do MSC. Sendo assim, nos próximos capítulos será aprofundado ainda mais sobre o tema fazendo uma ligação mais específica entre as Teorias de Relações Internacionais e a importância securitária do Mar do Sul da China, como também destacar como as ações chinesas interferem nos países ao seu redor com destaque para o Vietnã e as Filipinas.

## **2. A RELAÇÃO ENTRE AS TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A ESTRATÉGIA MILITAR CHINESA**

Até o final dos anos 1990, as tensões no MSC eram reduzidas e as partes envolvidas pareciam satisfeitas com a manutenção do status quo. A própria China se tornou mais aberta em discutir questões sobre essa região no ASEAN, o país afirmava que sem uma estabilidade o desenvolvimento e a modernização da região seriam difícil de ser atingido, o que levou o país a adotar políticas de boa vizinhança (RADITIO, 2019).

No ano de 2003 a China chegou a assinar o Tratado de Amizade e Cooperação (TAC) no sudeste asiático que impedem os signatários de usar força militar em disputas ocorridas pela a região, porém, devido aos acontecimentos que presenciamos em um passado próximo é válido afirmar que tal situação de amizade e cooperação não mais se aplica a região (RADITIO, 2019).

Além do crescimento da tensão entre a China e os outros países da região os Estados Unidos atuam assertivamente no Pacífico na tentativa de garantir a sua hegemonia internacionalmente. A então Secretária de Estado Hillary Clinton chegou a afirmar que os EUA têm interesse em manter as operações de livre navegação na região em julho de 2010, o que irritou o governo chinês (RADITIO, 2019).

Como já foi dito anteriormente é importante destacar as crescentes disputas na região do Mar do Sul da China e os seus impactos sobre a região do leste asiático, principalmente o que concerne questões de segurança, será estabelecida nesse capítulo uma relação entre os acontecimentos contemporâneos na região do MSC e o Realismo Defensivo, teoria fundamental das Relações Internacionais, na tentativa de explicar as ações Chinesas na região e a sua relação com os Estados Unidos.

### **2.1. REALISMO E AS AÇÕES CHINESAS**

Segundo os filósofos realistas clássicos, o principal objetivo do Estado é sua sobrevivência, para isso usaria de seu poder para conquistar seu objetivo, seja ela por meio de alianças ou de maneira independente. Nessa visão, o Estado é o ator central das relações internacionais, sua função é garantir a paz dentro do seu território e proteger seus cidadãos em

ralação a ameaças externas. Internamente o Estado tem o monopólio do uso da força, porém internacionalmente se vive em uma anarquia na qual não existe um governo mundial central que consiga controlar e mobilizar os recursos, criando e mantendo a união do sistema, garantindo assim a segurança de todo, como existe, na maioria dos casos, com os governos nacionais (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Para melhor explicar a ideia de anarquia, vale citar o estado de natureza criado por Hobbes, no qual, segundo ele, os Estados lutariam constantemente por sua sobrevivência e desconfiariam um dos outros. Entende-se a segurança como um jogo de soma zero no qual a segurança de um só pode ser atingida em detrimento da falta de segurança do outro, e vice-versa. Tendo isso em mente os países acabam competindo por áreas de influência importantes (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). O MSC é um exemplo de áreas como esta, visto que além de ser uma importante área de comércio internacional, possui um enorme potencial energético e pesqueiro.

Segundo Kenneth Watz (1979), a força de um Estado é empregada para a sua própria proteção e vantagem, uma vez que ele não pode confiar em ninguém além de si mesmo. Devido a política internacional ser predominantemente um domínio do poder, os países acabam competindo entre si para conquistar esse poder, porém a sua conquista só se dá em detrimento do poder do outro. O Estado busca defender o seu interesse nacional, buscando sua preservação e permanência como ator nas relações internacionais.

Waltz (1979) também expõe que o poder é a capacidade de influenciar o sistema internacional mais do que ser influenciado por ele, define o poder como um meio para garantir a sobrevivência e a segurança, ligado ao conceito de poder está o de balança de poder, os atores se juntariam ao poder ou contra ele dependendo do seu julgamento sobre o que seria mais benéfico e qual melhor serve ao seu interesse nacional.

Para conquistar essa segurança os atores podem cooperar ou não, a cooperação é cara e pode ser difícil de se concretizar, mas caso dê certo os ganhos podem ser maiores do que o esperado. Relacionando as disputas na região, os Estados que estão disputando territórios com a China veem nos Estados Unidos, o maior player global, uma vantagem na cooperação, uma vez que ao diminuírem a expansão chinesa, conseguiriam sustentar sua soberania nas áreas disputada (WATZ, 1979).

Um dos mais importantes conceitos do realismo é o Dilema de Segurança que segundo Herz (1950) pode ser entendido pela a situação em que os Estado preocupados com sua própria

sobrevivência buscam adquirir meios para conquista-la, aumentando suas capacidades, no entanto, esse aumento acaba afetando a sua relação com os demais, uma vez que com medo de que os incrementos dos demais sejam utilizados ofensivamente, esses outros Estados acabam por também aumentarem as suas capacidades. Levando ao círculo vicioso, aumentando a insegurança e desconfianças gerais, tudo isso acaba gerando uma corrida armamentista entre os Estados em decorrência da ausência de uma autoridade superior os Estados que possa garantir a sua segurança.

No cenário internacional, onde não existe uma autoridade acima dos Estado, nenhum Estado consegue garantir a sua segurança por completo. Isso porque nenhum país pode saber perfeitamente qual a intensão dos outros, particularmente sobre a questão de acúmulo de poder. Não existe nenhuma garantia de que a acumulação de poder de um Estado está ligada somente a sua defesa (RADITIO, 2019).

Essa incerteza é que difere o realismo defensivo do realismo ofensivo. O realismo ofensivo também é guiado pela a ideia de anarquia internacional, afirma que Estados fortes fazem o que têm que fazer e os fracos têm que aceitar o que tem que aceitar. Para essa corrente, a guerra é o destino de todas as nações porque eles vão acumular poder para melhorar a suas seguranças e ao fazer isso eles geram o medo (RADITIO, 2019).

Essa ideia de prevalência da guerra e a prevalência de ações expansionistas é ultrapassada, mas ainda se vê casos que isso acontece atualmente nas relações internacionais. Apesar da guerra não ser uma coisa tão recorrente como antigamente, alguns Estados ainda passam por situações que ameaçam a sua sobrevivência. Estados Unidos e a Europa são países que vivem, relativamente, em paz, porém países como Ucrânia, Japão e China ainda vivem atormentados por questões envolvendo limites territoriais (RADITIO, 2019).

Um ponto importante dentro do dilema de segurança está relacionado com a ideia de falta de intensão maligna, essa intensão maligna se refere a intensão de ao tentar garantir a sua segurança o Estado deliberadamente fere o outro. Apesar de esse ser um elemento essencial no dilema de segurança, pode causar problemas uma vez que nenhum Estado tem como ter certeza da intenção do outro (RADITIO, 2019).

No entanto a falta de uma intensão maligna está ligada diretamente ao objetivo do Estado, é possível que por algum motivo os Estados adotem uma postura mais ofensiva e comece a se tornarem malignos e expansionista. Contudo, para o dilema de segurança se aplicar, quem está envolvido no dilema deve ter certeza de que o outro está originalmente buscando a

sua defesa. Sendo assim, o dilema de segurança pode ser entendido como uma situação onde o Estado não tem certeza da motivação do outro sua tentativa de melhorar a sua segurança o que o leva a também tentar se proteger (RADITIO, 2019).

O dilema de segurança só pode funcionar quando todos os Estados envolvidos são Estados realistas defensivos, nenhum dos envolvidos na questão podem ser realistas ofensivos. Ao contrário dos Estados realistas ofensivos, os Estados realistas defensivos se baseiam na ideia de dissuasão, garantia e cooperação. Para os realistas defensivos, conflitos podem ser evitados (RADITIO, 2019).

O dilema de segurança se encaixa no caso chinês uma vez que a China ao tentar garantir sua própria segurança acaba sendo percebida como uma ameaça para os demais Estados da região e para os Estados Unidos. O MSC é a porta de entrada e saída do mundo para os países do Sul Asiático, sendo também um elo para a navegação e um importante empecilho em termos de segurança, tendo o controle da região a China poderia monitorar qualquer movimentação que julgue ameaçadora, podendo impedir qualquer ação militar que ameace sua soberania, além sobre os movimentos de navios que passem pelo mar.

Atualmente, os Estados já existem em um ambiente no qual a expansão não é uma coisa fácil de se conseguir, são direcionados por leis internacionais e interesses a longo prazo. Aqueles países que se mostram agressivos provavelmente enfrentarão uma coalizão de outros para tentar combatê-lo. A tecnologia e o mercado internacional fazem com que os bens sejam acessíveis a todos, fazendo com que a ideia de expansão se torne obsoleta (RADITIO, 2019).

Os realistas defensivos defendem a ideia de que não necessariamente a aquisição de poder significaria mais segurança e falam que a maximização de poder pode ser arriscada pois ter poder limitado ou excessivo impulsiona a insegurança. O objetivo do Estado seria então a segurança e a manutenção do seu status e não o poder, sendo assim o Estado necessita de uma quantidade apropriada de poder para conseguir atingir o seu objetivo (RADITIO, 2019).

Em uma situação de dilema de segurança, Estados realistas defensivos se preocuparão com a incerteza da intenção dos outros, essa sensação de medo e ansiedade aumentaram com a acumulação de poder por esses outros Estados. Esse medo e incerteza existe porque a maioria dos estados defensivos se comporta pela perspectiva que os outros Estados o veem motivados defensivamente, por isso, qualquer comportamento hostil, será visto como uma afronta (RADITIO, 2019).

Foi dito anteriormente que os Estados deveriam conquistar uma quantidade apropriada de poder, no entanto, é muito difícil encontrar um nível de poder adequado que não ameace o outro. Por exemplo, qual dos dois é mais apropriado: a China com seus gastos imprescindíveis no aumento das suas capacidades militares, ou os Estados Unidos que gastam cinco vezes mais? É uma questão difícil de ser respondida e por isso se tornou fonte de incerteza entre os Estados. Além disso, é muito difícil diferenciar armas que são usadas para a defesa de armas que podem ser usadas para ataques. Isso é o que gera a incerteza entre os países no sistema internacional (RADITIO, 2019).

Esse ponto é o que mais diferencia dos Estados realistas ofensivos, uma vez que para os ofensivos não existe a dúvida entre armas defensivas ou armas ofensivas, todas elas são ofensivas a medida que a guerra é uma certeza. Apesar do que foi dito, não se pode dizer que os Estados não podem mudar de intensão ao longo do tempo, por exemplo: a China durante o governo de Mao Zedong era um Estado que se baseava no realismo ofensivo, porém durante o governo de Deng Xiaoping o Estado chinês passou a ser defensivo (RADITIO, 2019).

No entanto a China é um país que não se pode afirmar ser um país realista ofensivo ou defensivo. Ao se depara com os Estados Unidos e outras potências seu comportamento parece ser ofensivo, contudo, sua relação com os países do sudeste asiático mais se encaixa como um comportamento defensivo. Para estabelecer se o comportamento de um Estado é ofensivo ou não é necessário saber a intensão particular do país em determinado período, infelizmente não é uma tarefa fácil pois as intensões dos Estados só são entendidas décadas depois do acontecido (RADITIO, 2019).

Um Estado realista defensivo reconhece que a acumulação de poder provoca nos outros Estados ansiedade, esse Estado continuará a acumular poder, mas também vai continuar afirmando aos outros que seu objetivo é apenas a sua segurança nacional. Isso é demonstrado na sua participação em ações de cooperação, não só em termos de segurança, mas também em outras áreas, esse tipo de cooperação irá desinflamar o dilema de segurança existente e aumentará a confiança de um Estado com o outro (RADITIO, 2019).

Porém, segundo Mearsheimer (2014) para a China garantir a segurança no MSC o país teria que se tornar um hegemon regional. Se tornar o hegemon regional, em relação a questão do MSC traria um conforto para o país em relação a questão do MSC, porém como essa é uma questão que envolve muitos fatores, seu posicionamento deveria ser discreto e o país de maneira alguma deveria se envolver agora em nenhum problema relacionado a soberania territorial no



Mar do Sul da China. De acordo com o autor o país deveria trabalhar em conjunto com outros países, inclusive os Estados Unidos, em instituições internacionais.

A China não teria interesse em iniciar uma guerra na região uma vez que um conflito poderia trazer danos a sua economia, como também não seria capaz de conter as ações militares dos EUA e seus aliados. O melhor a se fazer é esperar até alcançar um patamar militar suficientemente poderoso para barrar as forças norte-americanas. O que significa que o governo deveria se manter cauteloso, afirmando que suas intenções de paz e dizendo que a China pode crescer pacificamente por causa da sua rica cultura confuciana (MEARSHEIMER, 2014).

Pode-se dizer que as ações chinesas e relação ao MSC são baseadas no realismo defensivo uma vez que: apesar de ser uma das maiores potências militares do mundo, o país está disposto a resolver os problemas sem usar a força, porém o país prefere resolver suas questões através de negociações bilaterais, pois historicamente esse tipo de negociação tem dado uma certa vantagem ao governo chinês; como também o pleito chinês sobre o MSC não é aceito pelas leis internacionais, eles veem nos acordos bilaterais uma facilidade de resolver a questão a seu favor (RADITIO, 2019).

Segundo, a aceitação de certas posições traz à china uma defasagem no seu poder político. Hoje, a China não está satisfeita com a situação da região do MSC, apesar de controlar todas Ilhas de Paracel, as Ilhas Spratly ainda estão bem dívidas, e a China possuiu umas das menores porções desse território. Manter essa situação não o ajuda a amadurecer os seus pleitos na região do MSC. A população chinesa acaba sendo outro problema para o governo, uma vez que exigem ações mais efetivas em relação a conquista do território, no entanto, por ser um país baseado no realismo defensivo, o chefe de governo acaba aceitando esse custo político, que é perde o apoio de parte de sua população (RADITIO, 2019).

Outro ponto que mostra o interesse não ofensivo chinês é a sua participação em organismos internacionais, e a sua constante cooperação com o ASEAN, o que acaba levando uma certa tranquilidade para os outros países da região. Apesar dos EUA e os seus aliados na região afirmarem que a china é um país ofensivo, suas ações nos mostram que o comportamento chinês é de um estado baseado no realismo defensivo (RADITIO, 2019).

Porém cooperações podem também serem firmadas na tentativa de mitigar a sua vulnerabilidade em relação aos outros e para tentar equilibrar a balança de poder. Os Estado que julgam o seu interesse nacional ameaçado se juntam com o grande Estado na tentativa de equilibrar o poder daquela potência regional que está surgindo. Apesar disso é importante frisar

que a balança de poder não significa necessariamente que a distribuição de poder seja equilibrada entre os Estados (NOGUEIRA E MESSARI, 2005, p. 29).

Um exemplo de cooperação para tentar equilibra essa balança de poder é a operação CARAT, entre as Filipinas e os Estados Unidos, ao criar laços como grande hegemônico internacional, as Filipinas garantem um parceiro que interceda por ela caso a ameaça chinesa se aprofunde, para os Estados Unidos é vantajoso visto que o enfraquecimento chinês na região manteria o status quo. Contudo, o comportamento filipino acaba aumentando ainda mais a insegurança chinesa levando ao endurecimento de políticas de segurança na região uma vez que a formação de alianças no sistema internacional produz um efeito desestabilizador no sistema, pois a soma de Estados pode levar a criação de uma grande potência, que pode ser empregado para defender ou revisar o status quo (WATZ, 1988).

Um dos principais focos do governo chinês é garantir a sua integridade territorial ele não aceita que seus territórios sejam administrados por terceiros. Especificamente na questão do MSC, a China acredita que quase a totalidade do Mar seja de sua soberania, causando tensões com outros países da área. Alexandre Carriço (2011) antecipava que a modernização militar chinesa aumentava o dilema de segurança na região, tal programa é justificado na ideia de defesa territorial, mas para os outros países não existem garantias de que essa é a verdadeira intenção.

Apesar de existir um aumento nas tensões ente a chinas e os outros países contestantes da região, essas ações não podem ser entendidas como ofensivas pois não foram ações permanentes, elas não mudaram a situação do status quo e não aconteceram em um período de desaceleração do conflito. Exceto no caso do Coral de Scarborough em 2012, no qual navios chineses proibiram a passagem de barcos pesqueiros filipinos para a região do coral e durante a construção de ilhas artificiais entre 2014-2015, pois essas ações violam o direito internacional marítimo, eles mudam o status quo e não aconteceram em um período de desaceleração do conflito (RADITIO, 2019).

Ao tentar analisar conflito do MSC nessa perspectiva percebe-se que os EUA e a China são concorrentes diretos, uma vez que são as duas maiores potências mundiais, tanto em relação à economia, como também em relação a meios militares. Apesar do discurso não hegemônico chinês, nota-se uma assertividade chinesa em relação as suas políticas de garantia de soberania e de controle da região em que está inserida, causando uma tensão com o governo dos EUA, que acaba a vendo como uma ameaça a sua influência global. Além disso, são países que

possuem valores diferentes em questões como democracia e livre mercado, só esses pontos já seriam suficientes para gerar algum tipo de desconfiança entre ambos.

Juntando-se a isso a expectativa em somar poder econômico através dos recursos disponíveis no MSC que faz com que esses Estados busquem intervir e apostar seus interesses na região. Uma vez que os Estados acreditam que a melhor maneira de continuar a viver no sistema internacional é sendo o mais poderoso possível em relação aos outros; quanto mais poderoso for o país, mais difícil seria deste ser atacado, alcançando assim sua finalidade que é a sobrevivência. Tendo isso em mente, o próximo tópico tratará sobre a estratégia militar chinesa e como isso se encaixa no seu plano de fortalecimento nacional.

## **2.2. O FORTALECIMENTO DO PODER MARÍTIMO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA**

Desde da sua abertura nos anos 1970 a China passa por um período de estabilidade e crescimento econômico, com isso conseguiu atingir seu objetivo de garantir o fortalecimento do Estado e em consequência disso se destaca dentro do cenário internacional, apesar de tudo as autoridades chinesas ainda se preocupam com a questão securitária do país, a longo prazo uma das suas principais inquietações é com a região da Ásia Pacífico e as disputas territoriais que acontecem nessa área, a partir disto o governo chinês vem criando estratégias para se fortalecer ainda mais na região (CHEUNG, 2010).

O final dos anos 1970 e início dos anos 1980 ficou marcado na história chinesa devido a implantação da “Open Door Policy” de Deng Xiaoping. Essa política de Estado levou a uma gradual entrada do país no sistema capitalista ocidental, a China passou de uma economia rural para uma economia urbana industrial, de uma nação que não operava no comércio internacional, para hoje se tornar o país que mais exporta no mundo, também foi reformulado o conceito de segurança nacional, no qual passaram a integrar fatores como a estabilidade política, unidade social e a prosperidade econômica (ZHENGYI, 2010).

Para as autoridades chinesas dessa época, o desenvolvimento nacional e a modernização só aconteceria se existisse estabilidade e paz no sistema internacional. Devido a isso uma das bases da diplomacia chinesa é a paz. Porém para que o fortalecimento e crescimento chinês acontecer seria necessária uma modificação do status quo internacional, o China teria que desafiar a hegemonia norte-americana gerando um certo tipo de conflito o que vai contra o princípio de paz advogado pelo país (ZHENGYI, 2010).

Segundo as autoridades chinesas todas as regiões, identificadas como pertencentes a China, são incontestavelmente de soberania chinesa, com isso, para o governo chinês Taiwan, Hong Kong, Tibete e as ilhas e corais do Mar do Sul da China estão sobre a soberania chinesa. Para manter essa posição forte em relação as suas fronteiras o governo da RPC usa a força ou pelo menos a ameaça da força, na tentativa de levar medo aos seus contestantes, sem buscar medidas diplomáticas para tentar resolver as questões, levando beligerância e instabilidade para a região, principalmente em relação a soberania marítima do MSC (CARLSON, 2010).

Nos anos 1980 e 1990, houve uma pequena abertura e concessões do governo chinês principalmente em territórios disputados<sup>7</sup>, porém em relação a soberania marítima o governo chinês se mostra intransigente. Isto porque a questão do Mar do Sul da China é mais complexa do que as já resolvidas anteriormente, também devido ao crescimento de descontentamento dos nacionalistas para como o governo chinês de não ter lutado mais assertivamente para manter esses territórios (CARLSON, 2010).

Na tentativa de mitigar a sua vulnerabilidade, o governo chinês começou a investir em equipamentos de defesa nacional, com um corpo militar bem treinado e bem armado, capaz de defender o país de ameaças a sua soberania e integridade territorial, promovendo a imagem de um país forte e bem estruturado baseado no crescimento de uma diplomacia militar. A China conta com duas visões para o seu desenvolvimento militar, uma a curto e médio prazo e outra para médio-longo prazo (CHEUNG,2010).

A primeira tática foi programada até 2015 com a estratégia de melhorar as capacidades de guerra do Exército Popular de Libertação (EPL) - forças armadas chinesas - através da melhoria dos seus equipamentos combinado com o desenvolvimento de armas convencionais. A segunda, levaria cerca de 20 anos após 2015 para ser atingida, na qual busca transformar a EPL em uma potência militar avançada, utilizando da tecnologia de informação aplicada a assuntos militares. Porém antes que essa repaginação aconteça seria necessário focar no atraso da EPL em relação a estrutura militar de outros países (CHEUNG, 2010).

A estratégia marítima chinesa tem chamado a atenção dos outros Estados, a marinha chinesa é o carro chefe da EPL e em consequência é a que mais demanda de investimentos para construir e projetar as suas capacidades de defender suas ilhas e recursos marinhos,

---

<sup>7</sup> Como o desmantelamento da URSS e o sucesso econômico trazido pela política implantada por Deng levou ao país uma mudança de postura referente a algumas questões como: a recuperação de Hong Kong em 1997 e de Macau em 1999 e a entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001.

salvaguardar a suas rotas marítimas de comunicação e se preparar contra possíveis ataques. Em 2008, a China lançou uma operação integrada entre as suas forças o que significou uma potencialização sua marinha, se tornando uma das mais relevantes internacionalmente (CHEUNG, 2010).

O foco principal dessa operação é evitar que a marinha dos Estados Unidos consiga penetrar em áreas que fazem parte do seu interesse e estratégia naval, somando-se a isso, pela primeira vez foi demonstrado o anseio chinês em gradualmente desenvolver capacidades para conduzir operações em águas distantes do seu território, o que justificaria operações de longo alcance o que potencialmente incluiria porta-aviões e outros instrumentos de poder (CHEUNG, 2010).

Enquanto a marinha chinesa se torna uma força com um alto potencial tecnológico, a força área chinesa diminui em número de soldados, mas avança em relação ao desenvolvimento de tecnologia de ponta, se esse programa de modernização continuar a Força Aérea Chinesa pode se tornar a mais poderosa da região concorrendo diretamente com Taiwan e Japão nos próximos 10 anos (CHEUNG, 2010).

Desde sua ascensão no poder, o atual presidente Xi Jinping rompeu com a política externa usual chinesa de low profile e a impulsionou para uma postura de cunho nacionalista. Se para os chineses essa postura se caracteriza como positiva, no entanto foi vista pelos outros países como uma ameaça. Xi Jinping, diferente dos seus antecessores, tem como principal objetivo levar a China a sua glória antiga como uma grande potência. O setor militar foi o que recebeu mais atenção, as reformas implantadas mostram a necessidade de garantir a eficácia do EPL em caso de guerra. Ao assumir o controle o presidente poderia declarar guerra, como também utiliza o seu poder nuclear a qualquer momento (CARLETTI, 2018)

A disputa entre a China e os seus vizinhos sobre o MSC se transformou em um dos casos de estudos mais complicados sobre soberania marítima internacional. Essa questão em sido amparada pelo a numerosa quantidade de contestações e a possibilidade de um envolvimento militar na região, como também pela a possibilidade de ganhos econômicos com a região contestada, tanto em termos geoestratégicos como pela a quantidade de combustíveis fósseis encontrados na área (LANTEINGE, 2016)

Desde 2010 a China vem gradualmente tomando ações para legitimar o seu pleito sobre a região do MSC. Incrementando políticas para evitar a o uso da força pelos seus contestantes como também prevenir a formação de uma balança de poder que poderia levar a uma corrida

armamentista na região. Ao mesmo tempo desde a ascensão de Xi Jinping no poder em 2012, Pequim tem acelerado suas políticas marítimas nessa área, enquanto paralelamente procura evitar um conflito direto com os outros contestantes como com os Estados Unidos (LANTEINGE, 2016).

É de extrema importância destacar também que o processo de abertura chinês leva o comércio internacional a se tornar um dos principais pilares do desenvolvimento econômico e em consequência o seu fortalecimento. A capacidade do país de se projetar pelo mar e a partir dele se associa com o desenvolvimento científico nacional. O mar é uma das principais frentes de defesa do território, o desenvolvimento econômico, militar e tecnológico na região do MSC garante a China a construção de um poder marítimo sustentável a longo prazo (FEODRIPPE, 2019).

Além disso, o monitoramento da área do Mar do Sul da China é de interesse nacional uma vez que ao controlar essa área permitiria a China, antecipar, prevenir e responder a situações de perigo e ameaça a sua segurança marítima e navegação mercante. Pequim se utiliza de mecanismos que criem uma consciência situacional sobre a região, construindo elementos de vigilância que sustentam a ideia de presença permanente, através de patrulhas navais, radares nas ilhas ocupadas, satélite de observação terrestre, entre outros (BARRANTES, 2015).

Nesse contexto é importante destacar a Teoria do Poder Marítimo de Alfred Thayer Mahan, ele aponta para a importância dos fatores e uso do controle do mar, que depende do conhecimento do que ocorre no espaço marítimo. Segundo ele uma das principais estratégias seria proteger as linhas de comunicação marítima, caso contrário haveria insegurança, pois, forças terceiras inimigas poderiam controlá-las (FEODRIPPE, 2019). O uso do fortalecimento do poder marítimo e a proteção as linhas de comunicação se encaixam no caso do MSC, uma vez que a China tenta conquistar todo esse território garantido as suas rotas comerciais e os recursos naturais existentes na região que seriam geradores e ao mesmo tempo dependentes fortalecimento do poder marítimo.

Porém, segundo Mearsheimer (2014) a ascensão chinesa não pode ser dada de forma pacífica, pois o seu crescimento econômico ocasiona uma necessidade de domínio da Ásia, assim como aconteceu na América Latina pelos Estados Unidos. Esse crescimento geraria uma competição de segurança, com uma potencial guerra. Em 2011, Pequim lançou uma política chamada de “Política do Desenvolvimento Pacífico” no qual afirma que o desenvolvimento chinês depende da permanente abertura as outras nações, negando a busca por hegemonia

(FEODRIPPE, 2019), porém nota-se que estas são ações extremamente agressivas em relação aos seus vizinhos chegando até mesmo a ignorar as declarações da CIJ em relação a soberania das terras das Filipinas.

O MSC está diretamente ligado à estratégia marítima militar chinesa, a China buscou desenvolver suas capacidades marítimas para além a sua defesa costeira. Na tentativa de especializar mais a suas tropas, o governo autorizou a marinha da ELP a participar de cooperações com outros países da Ásia como na operação de contenção à pirataria no Golfo de Aden na costa da Somália em 2008. Essa operação deu a Marinha a confiança necessária para que em 2011, um navio de guerra chinês, a fragata de mísseis Xuzhou fosse desviada para o sul do Mediterrâneo para supervisionar a saída de mais de 35.000 trabalhadores chineses da Líbia (LANTEINGE, 2016).

Em 2015, duas fragatas da marinha chinesa (Linyi e Weifang) que estavam participando de operações de combate à pirataria foram direcionadas para a costa do Iêmen para supervisionar a saída de chineses e pessoas de outras nacionalidades devido a guerra civil instalada no país. Embarcações chinesas também ajudaram navios norte-americanos, europeus e russos na remoção e descarte de armas químicas na Síria em 2014 (LANTEINGE, 2016).

Essas pequenas ações da marinha chinesa têm demonstra o interesse do governo a se tornar mais afirmativo em especializar a sua força marítima através da operação “Military Operations other than War”<sup>8</sup> que inclui missões humanitárias e missões de peace-keeping<sup>9</sup>. A região do Mar do Sul da China tem sido vista como um meio necessário para que a China consiga se desenvolver uma marinha grande poderosa para a sua projeção tanto no Oceano Índico como no Pacífico (LANTEINGE, 2016).

Os governantes chineses veem o MSC como um componente essencial para a consolidação de sua estratégia chamada “string of pearls”<sup>10</sup> (Mapa 2) baseada na operação criada pelo Almirante Liu Huaqing, que defendia a transição da defesa costeira para a defesa no alto mar, referente à conquista de cadeias de ilhas que estão localizadas na costa leste da Ásia. A primeira cadeia, abrange territórios japoneses, filipinos e de Taiwan e vem sendo chamado pela a China de “middle seas”<sup>11</sup> e deveria ser conquistado até 2010. E a segunda

---

<sup>8</sup> Tradução: Operações Miliars além da Guerra. Tradução do Autor.

<sup>9</sup> Tradução: Manutenção da Paz. Tradução do Autor.

<sup>10</sup> Tradução: Colar de Pérolas. Tradução do Autor.

<sup>11</sup> Tradução: Oceano Médio. Tradução do Autor.

cadeia, chamada de “far seas” abrange as Ilhas Kurile do Japão, as Marianas, as Ilhas Carolinas da Micronésia e Papua Nova Guiné até 2020 (LANTEINGE, 2016)

Mapa 2: Colar de Perolas



Fonte: O Colar de Pérolas como uma estratégia geopolítica (PUC Minas)<sup>12</sup>

Em relação ao atual governo observa-se uma postura objetiva em transformar a China em uma potência marítima. A política implantada por Xi Jinping encoraja a realização de objetivos de desenvolvimento, militar e econômicos, projetando uma visão de grandiosidade que existia antigamente durante o grande império chinês, antes de sofrer várias humilhações pelos hegemônicos (CHINA, 2017).

A Estratégia Militar Chinesa divulgada em 2015 mostra como o objetivo nacional de desenvolvimento econômico está combinada diretamente com a consolidação do seu poder marítimo. Mostra que o país não está disposto a atacar nenhum país, mas que não teria problema em contra-atacar caso fosse necessário. Com isso o governo reafirma a necessidade de ter acesso a recursos energéticos e matéria prima e somente o domínio marítimo seria garantidor do desenvolvimento chinês (FEODRIPPE, 2019).

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2018/09/12/o-colar-de-perolas-como-uma-estrategia-geopolitica/>>



Desde 2009 a presença militar chinesa na região do pacífico, especificamente no MSC tem aumentado as tensões entre os países do leste asiático e os Estados Unidos. A principal desconfiança do governo norte americano é o crescente desenvolvimento militar chinês, a marinha chinesa passou de ser apenas protetora das fronteiras marítimas para uma marinha ativa, engajada em questões internacionais, mas principalmente devido a negação ao acesso à região, o que em consequência diminui o acesso dos EUA as regiões do leste do Pacífico (LANTEINGE, 2016).

O Mar do Sul da China está diretamente ligado as ambições chinesas em desenvolver o seu poder marítimo uma vez que a China como o maior exportador do mundo e o segundo maior importador necessita ter livre acesso a região para realizar as suas transações comerciais (LANTEINGE, 2016). Nos últimos anos as relações entre a China e os países do seu entorno foi de deteriorando como viu-se no capítulo 1, devido à concorrência pelo controle dessa área tão importante. Além dos conflitos com os seus vizinhos o governo chinês está envolvido em impasse com o governo norte-americano que só piorou mais após a eleição de Donald Tump como presidente.

Conclui-se deste modo que a estratégia marítima chinesa atualmente é uma herança de políticas implantadas durante a Revolução trazida por Deng na década de 80. Busca se tornar um ator, mas também um autor na formulação de políticas voltadas para o oceano. A ideia de se tornar uma potência marítima está diretamente ligada com o desenvolvimento econômico sustentável do país e a proteção e a segurança da soberania nacional. Contudo a posição dicotômica da china em relação ao MSC pode ser entendida como uma contradição que enfraquece o seu jogo estratégico.

Apesar de Pequim tentar manter a sua zona de influência relativamente estável, as operações de liberdade de navegação realizadas pelos Estados Unidos é uma das principais questões da região, uma vez que a China entende as ações estadunidenses como uma ameaça a sua soberania. As operações FONOPs como já foi citado no primeiro capítulo são manifestações deliberadas da marinha norte-americana em áreas contestadas. O desenvolvimento da marinha chinesa e as suas ambições mostram a assimetria de poder existente na região em relação a chinas e os seus vizinhos que buscam outros meios para se defender do poder chinês, gerando um ciclo de ameaças constantes, sem perspectiva de resolução (LANTEINGE, 2016).

Tendo isso em mente, este capítulo utilizou-se da teoria realista para explicar o comportamento chinês em relação ao Mar do Sul da China, no qual a sua sobrevivência no

sistema internacional é o seu objetivo e que para isso ele deve recorrer ao aumento do seu poder, mesmo que cause uma diminuição do poder do outro. Também mostrou que a busca por se tornar uma potência naval faz parte do plano de desenvolvimento chinês e como o poder marítimo é tanto gerador como dependente desse desenvolvimento. Sendo assim, no próximo capítulo, buscará analisar mais profundamente as questões das ilhas artificiais e as disputas específicas de cada país em questão.

### **3. MAR DO SUL DA CHINA: RESPOSTAS DOS PAÍSES FACE A MILITARIZAÇÃO CHINESA**

Apesar do grande crescimento econômico do Sudeste e Este Asiático, essas regiões ainda vivem uma constante disputa por territórios marítimos. E tem o MSC como um dos principais pontos de tensão, uma vez que possui uma das maiores rotas marítimas comerciais do mundo, sendo assim, a segurança nacional de vários países depende da resolução amigável dessas disputas e o contínuo estabelecimento do direito marítimo de livre navegação. A utilização desse mar é de extrema importância para países que dependem da importação de petróleo e para aqueles que são grandes exportadores de manufaturas como é o caso da China (GARCIA, 2019).

Durante os últimos anos o conflito no Mar do Sul da China tem se tornado um problema não só regional, mas também de cunho internacional. O principal ponto dessa disputa é baseado na busca por soberania e delimitação de zonas marítimas que inclui questões a respeito de interesses comerciais, rotas marítimas que ligam o Sudeste Asiático, que em particular preocupa os Estados Unidos; como também questões de desenvolvimento econômico e segurança energética (MCEWEN-FIA; BRAND, 2016).

Como foi dito anteriormente, as ações de militarização chinesa acabam levando a um processo de desconfiança entre os países que são banhados pelo o MSC. Desde 2001 os gastos militares nessa área aumentaram em 60%. Medidas de segurança tomadas pelo o governo chinês na região do MSC tem sido vista como uma ameaça para os outros países, no entanto esse comportamento faz parte da política implantada pelo PCC, tanto o MSC quanto a manutenção do status de Taiwan, fazem parte do plano de estabilização territorial para tornar a China forte novamente (GARCIA, 2019).

Os países do Sudeste Asiático têm tentado conter essa situação através de políticas multilaterais em organismo internacionais como é o caso da ASEAN, no entanto, os resultados obtidos não tiveram muito sucesso. Essa conversa tem uma limitação uma vez que esses países são mais fracos economicamente do que a China e a acabam por depender do país em áreas específicas, principalmente na economia. Na tentativa de mitigar essa dependência, muitos

países da região acabam recorrendo a parcerias com potências regionais e internacionais como é o caso dos Estados Unidos e o Japão (GARCIA, 2019).

Porém existe algo muito mais profundo do que esses interesses, existe uma clara possibilidade de uma mudança de poder hegemônico, não é por acaso que as ações chinesas e norte americanas na região estão sempre em pauta. É notável o constante envolvimento e presença dos EUA na área, um exemplo é a crescente ligação dos EUA com o Vietnã através de acordos bilaterais, de como um país com poder limitado se junta a um país muito poderoso na tentativa de barrar o crescimento do contestador na região (MCEWEN-FIA; BRAND, 2016).

Geralmente durante as transições de poder os as potências já estabelecidas tendem a ganhar mais destaque, enquanto os outros atores do sistema simplesmente se tornam mais ou menos passivos a tomadas decisões baseadas nas estratégias das grandes potências. Segundo os grandes estudiosos de política internacional a transição de poder dos Estados Unidos para a China não será diferente. A discussão versa sobre se realmente estamos testemunhando essa transição e qual recursos de poder um irá utilizar para tentar controlar a situação ou se ela será feita de maneira pacífica (MCEWEN-FIA; BRAND, 2016).

Porém nesse caso será analisado a dinâmica dessa mudança focando em países menores e como eles se envolvem nesse tipo de política. Será feito uma análise de como suas ações (e não ações) podem interferir na transição de poder e como sua posição pode contribuir ou prejudicar as reivindicações das grandes potencias a se tornarem o hegemônico internacional. A relação do Vietnã e das Filipinas com o MSC parece ser os exemplos perfeitos para a discussão dessa perspectiva, uma vez que além da China são os maiores contestantes do Mar. Em um primeiro momento será feito uma análise mais específica do caso do Vietnã, em seguida das Filipinas e por último uma análise geral de como os outros países da região se comportam em relação as ações chinesas.

### **3.1. RELAÇÃO RPC E REPÚBLICA SOCIALISTA DO VIETNÃ**

Como a China e muito dos outros países contestantes das áreas do MSC, o Vietnã baseia seu pleito em questões históricas, segundo documentos e mapas antigos as Ilhas Spratly já apareciam como pertencentes do Vietnã desde 1460. Foram encontradas peças arqueológicas vietnamitas tanto na Ilhas de Spratly como nas de Paracel. Assim como as Filipinas, o governo vietnamita se baseia no princípio de terra nullius afirmando de que as terras não eram ocupadas quando eles chegaram na área. Desde 1973 o Vietnã controla cerca de 22 regiões do arquipélago de Spratly se tornando o maior detentor de áreas nessa região (GARCIA, 2019).

Como vários outros países asiáticos o Vietnã passou pelo processo de colonização pelas grandes potências, porém foi o único da região que fez parte do Império Chinês. Essa colonização começou durante a anexação de territórios ao norte do Vietnã pelo o Império Han em 111 a.C. No entanto com o fim da Dinastia Tang em 907 d.C o Vietnã, depois de 20 anos lutando, conseguiu sua independência. Após isso, o país sofreu vários ataques do Império Chinês, mas sem sucesso, o país só foi colonizado novamente pela França em 1885 que durou até 1954 (GARCIA, 2019).

O Vietnã perdeu o controle das Ilhas de Paracel para a China depois de uma batalha naval em 1974, também ao longo dos anos foi perdendo o controle sobre inúmeras ilhas no arquipélago de Spratly depois de 1988, porém mesmo assim o país é o que controla a maior porção de terra no arquipélago, que é chamado de Troung Sa pelos vietnamitas. O país estabelece vários postos militares na tentativa de se fortalecer frente aos seus vizinhos, China e Filipinas. Em 2007, o governo vietnamita organizou eleições nas ilhas para estabelecer um representante da região na Assembleia Nacional do país (GARCIA, 2019).

A divisão do Vietnã durante os anos de 1950-1970 levou uma confusão sobre a soberania das ilhas uma vez que o Vietnã do Norte reconheceu as Ilhas de Paracel e Spratly como soberania chinesa, enquanto o Vietnã do Sul continuou reconhecendo como pertencentes a sua soberania. Em 1975, quando o país se reuniu como a República Socialista do Vietnã (RSV) o governo central continuou com o pleito sobre as duas regiões e desde então vários problemas ocorrem na região no que diz respeito a sua exploração (GARCIA, 2019).

O Vietnã tem interesses econômicos e securitários que são dependentes da utilização do MSC. A região gera para o país uma quantidade significativa de energia e reservas potenciais que poderiam garantir uma seguridade energética para os próximos anos. Como também os recursos marinhos extraídos do MSC garantem uma certa estabilidade econômica para o país. Devido a isso a seguridade do país depende quase que exclusivamente da proteção das fronteiras desse mar e de ações que consigam assegurar esse pleito, o livre acesso a essa região é visto como uma questão de segurança nacional (GARCIA, 2019).

O Vietnã é o maior produtor de petróleo dessa região, a companhia estatal PetroVietnam é sozinha responsável por 26% da produção total, cerca de 24,4 milhões de toneladas de óleo por ano. No entanto, desde 2004, essa produção tem diminuído, levando o país a procurar nos parceiros e novas áreas de exploração, o que levou uma disputa direta com a China pela a região do MSC. No entanto, tem havido desenvolvimentos positivos no que desrespeito a questão de

seguridade energética, em 2013, uma exploração bem-sucedida levou o país a aumentar a sua exploração de 0.6 bilhões de barris para 4.4 bilhões (GARCIA, 2019).

Muitas das águas pertencentes ao país são inexploradas devido ao conflito inacabado com a China, o que leva a AIE a acreditar que as futuras explorações poderão trazer um aumento na produção do petróleo nacional, se isso acontecer, o Vietnã passaria a ser o país com a maior reserva de petróleo da Ásia. Para um curto prazo o país ainda tem a perspectiva de que continuará como um importador do produto uma vez que as suas refinarias ainda não estão preparadas para realizarem todos os processos de refinamento. Sendo assim o Vietnã enfrenta o desafio de tentar explorar essas reservas ao mesmo tempo que tempo em que tenta impedir uma participação mais incisiva da China (GARCIA, 2019).

Hoje o país é autossuficiente em gás natural, porém segundo projeções essa situação tende a mudar a partir do ano de 2025. Não é por falta de recurso que a República Socialista do Vietnã não consegue explorar as suas reservas disponíveis, mas por causa da sua inexperiência. O Vietnã tem concedido a exploração do seu gás a indústrias estrangeiras o que trouxe um déficit no compartilhamento de expertises. Somando-se a isso, do mesmo jeito com o petróleo, o Vietnã enfrenta as ações chinesas na tentativa de barrar a sua exploração nas áreas do Mar do Sul da China (GARCIA, 2019).

Tendo uma costa de 3.260 km e uma ZEE maior de 1 milhão de km<sup>2</sup>, os recursos marítimos são um componente essencial para a economia vietnamita e para a seguridade alimentícia do país. Desde 2006 o Vietnã se tornou um grande exportador de pescado do mundo. Durante a última década a indústria pesqueira cresceu numa média de 7,9% anualmente, contribuído com 4-5% com a produção doméstica do país. Na região o Vietnã é o segundo possuidor de peixes dentro de sua ZEE, perdendo apenas para a China. Além da pesca, a aquicultura é um grande componente da indústria de frutos do mar, compõe aproximadamente 65% das exportações, empregando cerca de 40 milhões de trabalhadores pelo o país (GARCIA, 2019).

Os consumidores vietnamitas além de depender da exploração marítima para a comercialização, também depende desses produtos para a sua sobrevivência. O peixe compõe de 30-40% da proteína presente na dieta dos vietnamitas. Em outras palavras, o acesso irrestrito a essa ZEE é crucial para a economia e para a segurança alimentícia do País. Os acontecimentos entre navios militares chineses e os navios pesqueiros vietnamitas são umas das principais

preocupações do governo em garantir a sua expansão de uma indústria já bem estabelecida e lucrativa (GARCIA, 2019).

A relação sino-vietnamita é uma das mais complexas atualmente na região. Ao longo dos anos os países têm passado por períodos de amizades e inimizades e um relacionamento quase que bipolar. A amizade que existia entre o PCC e o Partido Comunista do Vietnã se esvaziou quase que imediato a criação do Estado vietnamita em 1976. O Vietnã do Sul tinha perdido o controle das Ilhas de Paracel em 1974 resultando na primeira ocupação de seis ilhas no arquipélago, assim como uma retaliação formal do país as ações chinesas. Após a unificação do país o governo central, continuou com o seu pleito e suas tropas assumiram o controle de várias ilhotas e de quinze ilhas (GARCIA, 2019).

A disputa entre os dois países se manteve relativamente estável até o ano de 1988, quando forças vietnamitas e chinesas se confrontaram no Coral Fiery Cross nas Ilhas Spratly. O conflito acabou com a retirada das tropas do Vietnã, devido as grandes perdas de equipamentos militares e de vários soldados, esse evento marcou a primeira ocupação da China nas Ilhas de Spratly. A batalha sobre as Ilha de Paracel em 1976 e a sobre as Ilhas Spratly em 1988, permitiu que a China ganhasse mais espaço sobre a região o que facilitou a mudança da dinâmica de poder no MSC (GARCIA, 2019).

A batalha de 1976 foi favorável a China devido à reaproximação entre este país e os Estados Unidos, assim como também a saída das tropas norte americanas do território do Vietnã. Em relação ao conflito de 1988, foi facilitado pelo fato de a União Soviética ter retirado suas forças do Vietnã, somando a isso a iniciativa soviética em reatar laços com o governo chinês, dando a China a oportunidade de aumentar os seus pleitos sobre a região. Essa disputa se intensificou ainda mais após o governo do Vietnã acusar a China de explorar ilegalmente petróleo em áreas sobre sua soberania durante os primeiros anos do século XXI. Apesar da China e Vietnã terem estabelecido acordos de demarcação de suas fronteiras marítimas no Golfo de Tonkin, as ZEE e fronteiras do MSC continuam causando instabilidade entre os dois (GARCIA, 2019).

A modernização militar chinesa e suas ações mais incisivas no MSC tem se tornado uma das maiores preocupações do governo vietnamita, não só pela a proximidade geográfica entre os dois países, mas também devido a grande diferença militar entre as forças vietnamitas e o EPL. O Vietnã não possuiu as capacidades militares suficientes para barrar futuras ações chinesas no que eles acreditam serem seus territórios marítimos. Isso levou a um aumento

considerável no orçamento de defesa e em programas de modernização das suas formas militares (GARCIA, 2019).

Durante os últimos anos a relação China-Vietnã vêm sendo observada como mais ousadas uma vez que as ações chinesas no MSC têm se tornado mais assertiva, principalmente como a inclusão administrativa das Ilhas Paracel e Spratly em 2007, também após a tentativa chinesa de obstruir a exploração de petróleo por parte do Vietnã na região desde 2011, com isso essa relação vem se desgastando, mesmo depois dos grandes esforços diplomáticos para conter as tensões. Essa relação tem sido considerada como uma política de provocação mútua na qual a China tem um papel de protagonista (MCEWEN-FIA; BRAND, 2016).

Na tentativa de conter a expansão chinesa para seu território o governo do Vietnã corre em uma via de mão dupla, no qual estabelece cooperações com o seu grande vizinho, mesmo que seja por questões geopolíticas e econômicas e ao mesmo tempo tenta combater o pleito chinês na região se alinhando com potências extra regionais como é o caso da Índia e EUA, e também aumentando o seu investimento em seu sistema de defesa, principalmente marítimo e sua projeção de força (MCEWEN-FIA; BRAND, 2016).

O Vietnã ao longo dos anos vem encurtando os seus laços com os Estados Unidos que vai além de relações político-diplomáticas, na tentativa de se assegurar. Em 2013, o Vietnã e os Estados Unidos celebraram uma parceria de cooperação que inclui estratégia militar e segurança, além disso, têm sido realizados exercício de treino juntos, é tanto que em 2014 o então secretário adjunto de defesa dos EUA, General Martin Dempsey visitou Hanói, em uma época em que as relações com a Chinas estavam abaladas, e autorizou o fim parcial do embargo militar que permitiu ao Vietnã adquirir equipamentos de segurança marítima como aviões de vigilância, barcos de patrulha e sistema de radares costeiros (MCEWEN-FIA; BRAND, 2016).

A deterioração da relação Sino-Vietnamita e a cooperação de segurança entre Vietnã e EUA têm que ser interpretadas baseadas nas disputas que ocorrem pelo o MSC. Mesmo que contestações por território tenham uma longa duração, o visível e rápido crescimento chinês justificaria a reação do Vietnã. Em particular a estratégia chinesa de criar fatos e precedentes para ameaçar a sua vizinhança em aceitar o status quo, cria tensões e inquietações, mas sem necessariamente resultar em uma confrontação direta entre as partes (MCEWEN-FIA; BRAND, 2016).

Após os vários conflitos entre a China e o Vietnã desde os anos 1990 tem-se observado uma relativa estabilidade entre as relações sino-vietnamitas, o que contribuiu para o



crescimento mútuo, o comércio bilateral tem sido um dos principais pontos dessa relação, em 2004 a China se tornou o principal parceiro econômico do Vietnã e em 2008 os dois países anunciaram uma estratégia de cooperação conjunta. No entanto, a tentativa da RSV em manter essa relação estável tem sido ameaçada pelo posicionamento chinês em relação ao MSC. De um outro lado o país tem investido em um programa de modernização militar através da cooperação com países extra regionais e tem buscado diplomaticamente conter o crescimento chinês na região através de organismos internacionais como é o caso do ASEAN (HIEP, 2016).

Ao mesmo tempo, o país busca apertar os laços com países como a Austrália, Índia, Itália, Estados Unidos, Reino Unido, Japão Singapura, França e Rússia, buscando cooperações militares e estratégicas, o que tem trazido uma quantidade considerável de equipamentos militares e exercícios conjuntos. É importante destacar que o governo vietnamita tem enfatizado que esse tipo de cooperação não é feito para ameaçar nenhum outro país da região, apenas uma tentativa de se proteger caso seja necessário. Esse tipo de afirmação se dá pois não é de interesse vietnamita que a China veja as suas ações como uma afronta, uma vez que a China possui uma capacidade muito maior de mobilização militar do que o Vietnã (HIEP, 2016).

Como já foi dito anteriormente tem se observado uma mudança gradual em relação a política de alianças do Vietnã, é inevitável para o país manter uma relação de amizade com a China, porém devido as recentes ações chinesas no MSC o Vietnã tem procurado outros parceiros na tentativa de conseguir se proteger do seu grande vizinho. O então diretor geral do Instituto de Política Externa e Estudos Estratégicos, Hoang Anh Tuan, afirmou que a força nacional vietnamita não seria capaz de conter as ações chinesas no MSC e que o país deveria combinar o seu poder com forças internacionais para garantir que o direito internacional prevaleça (HIEP, 2016). Conclui-se desse modo que se enquanto a China continuar com suas políticas de expansão, o Vietnã continuará com sua política de busca de novos parceiros na tentativa de mitigar a sua debilidade e garantir os seus interesses na região.

### **3.2. RELAÇÃO DA RPC COM A REPÚBLICA DAS FILIPINAS**

Localizada no leste do Mar do Sul da China, as Filipinas são um dos contestantes sobre um número de áreas das Ilhas Spratly. As Filipinas pertenciam ao Império Espanhol do século XVI até 1898 quando o arquipélago foi cedido aos Estados Unidos após a Guerra Espanhol-Americana. Em 1942, a região passou a ser controlada pelo o Império Japonês, e só em 1946 que o país conquistou a sua independência e quase que imediatamente passou a contestar a soberania sobre as Ilhas de Spratly (GARCIA, 2019).

A República das Filipinas baseia seu pleito na região com base em justificativas históricas, como também no princípio de terra nullius que afirma que as terras não eram ocupadas ou sobre soberania de nenhum outro país quando os filipinos chegaram na área. O pleito filipino se iniciou em 1947, nessa época as Ilhas Spratly eram chamadas de New Southern Islands (Novas Ilhas do Sul) pelo governo filipino. O então secretário de defesa Carlos P. Garcia, ordenou que as ilhas fossem incorporadas a soberania e jurisdição das Filipinas por questões de segurança (GARCIA, 2019).

No mesmo ano, um empresário filipino chamado Tomas Cloma estabeleceu um assentamento no arquipélago e o declarou um protetorado das Filipinas e o nomeou como Kalaya'an, em 1978 a região foi oficialmente incluída como parte do território filipino através de um decreto presidencial. O Mar do Sul da China é importante para o governo das Filipinas por razões estratégicas, mas particularmente devido a questões energéticas e de recursos marítimos, além de uma ótima localização para o comércio internacional (GARCIA, 2019).

Atualmente as Filipinas tenta basear o seu pleito nas leis internacionais e na CNUDM. O governo filipino contesta cerca de 53 ilhas, corais, atóis e rochas, com uma área de 64.976 milhas quadradas. Hoje, o governo controla 9 dessas áreas. A parte mais importante controlada pelas Filipinas se chama Thitu Island, a ilha abriga um destacamento naval, essa área é também a única ocupada que possuem civis residindo, com pelo menos 5 famílias filipinas. Além das estruturas militares a ilha possui uma prefeitura e uma estação de polícia local (GARCIA, 2019).

É importante destacar que a segurança energética das Filipinas é questionável uma vez que sua produção de petróleo é bem mais baixa do que a sua utilização. Em 2010, sua produção foi de 23.000 barris por dia (bpd) enquanto a sua utilização chegou a ser de 282.000 bpd. Além disso, a sua relação com os países árabes não está tão favorável depois das tensões ocorridas entre os muçulmanos filipinos e os árabes do Oriente Médio, o que levou a um enfraquecimento das relações comerciais entre os países. Somando-se a isso a AIE informou que as Filipinas utilizaram 40 milhões de toneladas de petróleo em 2007 e espera que tenham um crescimento de 2.8% anualmente 2030 (GARCIA, 2019).

Como resultado o governo filipino tenta achar novos meios de mitigar esse risco procurando aumentar a sua produção em Palawan e Malampay, duas regiões pertencentes ao Mar do Sul da China, além de tentar explorar os recursos do banco de areia Reed que tem uma porção significativa depósitos de petróleo e gás natural. Para conseguir isso o governo filipino

tem que conseguir se estabelecer no Coral Thomas Segundo, nessa região estão localizadas 10 marinas filipinas que foram construídas durante a Segunda Guerra Mundial. Essa área estratégica tem chamado a atenção da China que tenta proibir a passagem de navios filipinos para a ilha (GARCIA, 2019).

A exploração de recursos marinhos no MSC é de extrema importância para a população filipina uma vez que além de servir como fonte de renda serve como fonte de alimentação. Segundo um estudo realizado pelo o Departamento Filipino de Agricultura (DFA) a comercialização de peixes e outros recursos marinhos renderam ao país 1.4 bilhões de dólares em 2001. A exportação de tuna, caranguejo e polvo renderam aos cofres do país cerca de 237 milhões de dólares no mesmo ano. Em 2010, as exportações de peixes chegaram a render 871 milhões de dólares. O peixe é considerado como alimento básico da dieta dos filipinos. O peixe contribui com 22,4% do total de proteína consumida pelo filipino médio e 56% da proteína animal consumida pela população anualmente. Esse estudo indica que o acesso aos recursos marítimos do Mar do Sul da China é de extrema importância econômica e para a segurança alimentar das Filipinas (GARCIA, 2019).

As Filipinas como um arquipélago são totalmente dependentes da livre navegação no MSC. O país possui uma costa de 17.500 km sendo 1.200 face ao MSC. Além disso cerca de 41.000 navios passam pelo o MSC, tornando as linhas marítimas de comunicação vitais para o bem-estar econômico do país, isso é destacado pelo fato de que cerca de 20.000 navios navegam por águas filipinas por ano. O segundo fator liga as Filipinas diretamente as disputas pelo o MSC isso porque os navios não usam as pistas marítimas das Filipinas como uma extensão do Estreito de Malacca pois as viagens pela as Filipinas seriam mais longas, o que levou a uma assertiva disputa pela a região de Spratly. O que levou uma disputa mais direta com a China no mar aberto do Mar do Sul da China (GARCIA,2019).

A relação de segurança entre China e Filipinas tem sido dominada pela competição territorial sobre as Ilhas Spratly. Essa disputa escalou dramaticamente em 1995 quando as Forças Armadas das Filipinas (FAF) descobriram que o EPL tinha ocupado o Coral Mischief e tinham construído estruturas de madeira na área. Essa foi a maior ocupação chinesa na região do MSC desde a saída do Vietnã de Parcel em 1970. Esse ousado movimento chinês foi facilitado pelo fato de que após a Guerra Fria os Estados Unidos não conseguiram fechar um acordo com as Filipinas para montar uma base naval no país. Como resultado disso, em 1992, as tropas americanas se retiraram do país (GARCIA, 2019).

Esse evento levou o governo Filipino a acreditar que apesar da simpatia que recebe dos outros países no que diz respeito as ações chinesas no Coral de Mischief, o problema continuará sendo bilateral. Constante eventos envolvendo a disputa entre os dois países durante os anos 1990, levou a um enfraquecimento das relações Sino-Filipino. Houve nos anos 2000, um período de relativa paz entre eles, no entanto em 2009 o número de confrontações voltou a subir. A mais significativa e mais recente tensão ocorrida entre os países se deu pelo Coral de Scarborough, uma área já administrada pelas Filipinas e que hoje é controlada pela China (GARCIA, 2019).

O aumento dos conflitos entre a China e as Filipinas sobre a região do Mar do Sul da Chinas foi o principal responsável pelo crescimento de políticas nacionalistas nos dois países. Cada lado busca conter o outro tomando medidas unilaterais como banimentos pesqueiros ou então a renomeação da área como fez as Filipinas. Em 2012, através da Ordem Administrativa de no 29 do ex-presidente filipino Benigno Aquino III nomeou o MSC como Mar do Leste das Filipinas (MLF), segundo o presidente as Filipinas teriam o poder e o direito de designar suas áreas marítimas (GARCIA, 2019).

Apesar do protesto chinês dizendo que a mudança do nome viola o padrão internacional de nomes geográficos uma vez que o nome Mar do Sul da China já é reconhecido internacionalmente, inclusive pelas Filipinas. O então presidente solicitou a emissão de novos mapas com o nome alterado. Essa medida unilateral não interfere diretamente no status quo da região, mas acaba inflamando mais a questão, principalmente em relação ao crescimento do sentimento nacionalista nos países em questão (GARCIA, 2019).

Após a vitória norte americana na Guerra Filipino-Americano (1899-1902) os Estados Unidos conseguiram estabelecer sua influência no país, depois de massacrar os insurgentes nacionalistas, Washington transformou o país em uma de suas colônias na região da Ásia-Pacífico, foi implantado na ilha os fundamentos democráticos americanos através de programas educacionais e de infraestrutura. Essa influência se manteve presente no território até o fim da colonização em 1946, o que facilitou as ações norte americanas na região, mas a aproximação entre os dois países continuou, principalmente durante os anos de Guerra Fria. Em 1970, as Filipinas se tornaram parceiros chinesas devido a aproximação dos EUA com a China, ao longo dos anos, tanto Deng como seu sucessor, Jiang Zemin, conseguiram cultivar relações construtivas com os Estado vizinhos, entre eles as Filipinas (HEYDARIAN, 2016).

Em 1995, com a saída das tropas norte americanas das Filipinas, o governo chinês autorizou a ocupação do Coral Mischief, o que imediatamente gerou uma crise diplomática entre os países. No entanto, através do ASEAN as Filipinas e os outros países da região conseguiram reduzir as tensões marítimas. A primeira década dos anos 2000 ficou conhecida como a década de ouro do relacionamento entre a China e as Filipinas, com a expansão do comércio, de investimentos, e mesmo cooperação de defesa entre os dois países (HEYDARIAN, 2016).

Contudo, desde 2010 a amizade entre esses dois países vem se deteriorando, o governo de Manila acusa a China de tomar posições afrontosas no MSC e em resposta, o governo chinês acusa a china de procurar confusão na região, principalmente depois das Filipinas terem entrado na Corte Internacional de Justiça contra as ações chinesas da região, o que também chamou a atenção do governo americano. Durante uma visita de Obama a Manila, o então presidente afirmou que as cooperações realizadas com as Filipinas não existem nenhum interesse do seu governo em intervir em questões que desrespeito a soberania territorial e que seu único interesse está relacionado com a questão de livre navegação, ainda, aconselhou Manila a buscar resolver as questões de forma diplomática uma vez que é inevitável que a China se torne um poder dominante na região (HEYDARIAN, 2016).

No entanto, desde o início do governo de Xi Jinping não está sendo possível estabelecer um diálogo entre os dois países o que acaba levando a uma escalada nos conflitos referentes ao MSC (HEYDARIAN, 2016). Desse modo, assim como o Vietnã, as Filipinas não contam com nenhuma perspectiva de resolução desse impasse, uma vez que a China não abre espaço para o diálogo e muito menos respeita as decisões das Cortes Internacionais, devido a isso há uma tendência de que o governo filipino continuará recorrendo aos EUA na tentativa de engrandecer o seu pleito, tendo como principal ponto a cooperação CARAT e FONOP.

### **3.3. OUTRAS REIVINDICAÇÕES**

Taiwan, Malásia e Brunei também são países que disputam essa região com a China, porém suas respostas contra as ações do Estado Chinês têm diminuído ao longo dos anos. É a Indonésia, um país que não se via parte da questão que está aos poucos se envolvendo com mais frequências em discursões sobre a soberania da região. Apesar não está diretamente ligada com a região do MSC, o país entende que as políticas chinesas estabelecidas na região como um todo têm sido contra as leis internacionais. Recentes problemas entre pescadores indonésios e a marinha chinesa tem aumentado as tensões entre os dois países, levado a Indonésia a aumentar

sua presença naval em certas áreas próximas ao MSC, nas Ilhas Natuna, incluindo a prática de exercícios militares na área (GARCIA, 2019).

Adicionado a isso, o governo de Jacarta tem construído e reformado bases militares na Ilhas Natuna, acrescentado a isso o governo tenta aumentar as suas capacidades marítimas através de compra de armas e a intensa sofisticação de sua linha de defesa. Para estabelecer seu pleito a Indonésia passou a chamar a região de Mar ao Norte de Natuna. Apesar disso não foi estabelecido nenhum tipo de apoio aos contestantes do MSC por ter um acordo de investimentos com o governo chinês. Consequentemente, os principais contestante do MSC continuam sendo a China, o Vietnã e as Filipinas (GARCIA, 2019). Em 2011 o Ministro das Relações Internacionais da Indonésia, Marty Natalegawa, afirmou que a ASEAN não iria permitir que a região se tornasse um palco de disputas para os países que se consideram grandes potências, seja quem for ou a qualquer momento (HELLENDORFF, 2016).

A disputa pelo o MSC pode mudar a dinâmica regional à medida que os contestantes se posicionam um em relação ao outro. Nos últimos anos, é interessante destaca a posição Japonesa, que apesar de também não ser um concorrente direto pela a área se posiciona contra a China, uma vez que a proibição da pagassem pelo o MS traria implicações as importações e exportações japonesas. Ademais, o Japão disputa territórios marítimos com a China no Mar do Leste e caso a China conseguisse mudar o status quo estabelecido na região do MSC poderia levar uma escada para conflitos na região do leste. O aumento de políticas marítimas chinesas para a região do MSC só aumentou ainda mais as preocupações japonesas em relação ao seu vizinho (GARCIA, 2019).

É importante destacar também a participação da Malásia como um contestador do MSC, é um país que conta com 330.000 km<sup>2</sup> e uma população de 32 milhões de habitantes, também conta com uma das principais encomias da região e sendo um país com a maioria muçulmana que se auto declaram como um país criador de pontes entre as civilizações. Quando o então presidente filipino declarou em 1978 que parte do MSC seria de soberania filipina o governo malaio foi obrigado a agir, em 1979 o governo criou seu próprio mapa que alega onze ilhas do arquipélago de Spratly durante os anos 1984 e 1986 a Malásia conseguiu ocupar cinco ilhas neste arquipélago justificada pela mesma ideia dos países já acima citados (HELLENDORFF, 2016).

Entre os anos de 1960 a 1990 a o governo malaio se engajou em disputas com diversos países chegando mesmo a levar dois casos a CIJ, o caso da Ilha Sipadan-Ligitan contra a

Indonésia, no qual saiu vencedora em 2002 e o caso da Batu Puteh (Pedra Branca) contra Singapura que perdeu em 2008. Com o tempo o governo começou a explorar os recursos energéticos presentes no MSC, segundo as autoridades foram realizadas 26 operações em 2006. Além disso, a Malásia tem fechado acordos de cooperação de exploração no mar com a Tailândia e o Vietnã. Em maio de 2009, o Vietnã e Malásia entrar em conjuntos na Comissão sobre os Limites da Plataforma Continental (CLPC) na tentativa de aumentar a sua plataforma continental no MSC mais do que a norma náutica de 200 milhas, o que levou a China a responder a iniciativa conjunta como uma afronta a sua soberania e jurisdição (HELLENDORFF, 2016).

No entanto a sua dependência, principalmente econômica, da China tem levado o país a tomar ações mais cautelosas em relação à sua contestação. Devido essa relação à China tem sido menos efetiva em relação a suas ações contra os pleitos malaios, realizando inclusive uma cooperação de exploração de hidrocarboneto na região do MSC, incluindo acordo de cooperações entre a Petronas<sup>13</sup> e firmas chinesas de exploração de petróleo e gás. A política de “boa vizinhança” e acordos bilaterais com Jacarta e Putrajaya estabelecida com a China tem de alguma forma favorecido um entendimento e uma estabilização com esses países na região. Observa-se assim que a Indonésia e a Malásia têm aceitado as ofertas chinesas de aproximação, mas simultaneamente têm tomado precauções em relação a assegurar as suas capacidades de segurança, política e de diplomacia (HELLENDORFF, 2016).

Para a melhor compreensão o quadro abaixo (quadro 1) faz um breve resumo dos acontecimentos que ocorreram nos países citados acima, como também um maior detalhamento sobre as ações envolvendo o Vietnã (quadro 2) e as Filipinas (quadro 3) que foram discutidos nos tópicos 1 e 2 deste capítulo. Através da sua análise é possível observar que a questão envolve vários fatores o que acaba tornando a disputa muito complexa e difícil de ser resolvida.

Quadro 1: Outros contestadores na disputa pelo o MSC

<b>INDONÉSIA</b>	<b>JAPÃO</b>	<b>MALÁSIA</b>
Entende que as políticas chinesas vão contra as Leis do Direito Internacional	Disputa territórios no Mar do Leste	Criou seu próprio mapa alegando soberania sobre 11 ilhas de Spratly
Problemas entre a marinha chinesa e pescadores indonésios	Aumento das preocupações japonesas com seu vizinho	Envolvimento em disputas na CIJ com vários países da região

<sup>13</sup> Estatal malaia responsável pela exploração de petróleo e gás natural do país.

Aumento da presença da marinha indonésia nas proximidades do MSC	Posicionamento japonês contra as ações expansionistas chinesas	Realização de 26 operações de exploração do MSC
Reforma e construção de bases militares nas Ilhas Natunas		Acordos de cooperação com o Vietnã e a Tailândia
ASEAN informou que não iria permitir que a região se tornasse um palco de disputas		Adoção de uma política de “boa vizinhança”

Fonte: elaborado pela autora, 2019

Quadro 2: Disputa vietnamita pelo o MSC

<b>ANO</b>	<b>ACONTECIMENTOS</b>
111 a.C.	Colonização do Vietnã pela a China
907 d.C.	Independência vietnamita
1885	Colonização do Vietnã pela França
1954	Independência e separação do Vietnã
1974	Vietnã perde controle das Ilhas de Paracel para a China
1975	Reunificação do Vietnã
1988	Vietnã perde controle de parte das Ilhas de Spratly para a China
2004	A China se torna o principal parceiro econômico do Vietnã e ao mesmo tempo o conflito entre os dois países cresce após a um aumento na exploração de petróleo por parte do Vietnã no MSC
2006	Vietnã se torna o segundo maior exportador de peixes na Ásia
2007	Governo vietnamita organiza eleições nas Ilhas Spratly
2008	China e Vietnã anunciam estratégia de cooperação conjunta
2011	Tentativa chinesa em obstruir exploração do Vietnã no MSC
2013	Firmado uma parceria de cooperação entre o Vietnã e os Estados Unidos
2014	Visita do secretário adjunto de defesa dos EUA a Hanói e fim parcial do embargo militar

Fonte: elaborado pela a autora, 2019

Quadro 3: Disputa filipina pelo o MSC

<b>ANO</b>	<b>ACONTECIMENTOS</b>
1898	O Império Espanhol doa o território filipino para os Estados Unidos
1942	Território filipino passa a ser controlado pelo Império Japonês
1946	Independência das Filipinas
1947	Início do pleito filipino com o estabelecimento de um empresário filipino nas Ilhas Spratly
1948	Governo filipino inclui oficialmente as Ilhas Spratly ao seu território
1970	Aproximação econômica da China com as Filipinas
1992	Saída das forças armadas norte-americanas das Filipinas
1995	A FAF descobre a ocupação do EPL no Coral Mischief
2009	Número de disputas entre a China e as Filipinas volta a crescer



2010	Exploração de peixe rende aos cofres filipinos 871 milhões de dólares
2012	Governo filipino nomeia o Mar do Sul da China como Mar do Leste das Filipinas

Fonte: elaborado pela a autora, 2019

De acordo com o primeiro quadro nota-se que mesmo países não envolvidos diretamente na disputa se preocupam com o comportamento expansionista da China sobre o MSC, pois esse tipo de posicionamento pode afetar o seu comércio internacional, suas explorações marítimas e dependendo do resultado pode também dar espaço para a China tentar se expandir para outras localidades da região. A Malásia, apesar de se preocupar com as ações chinesas busca manter uma relação relativamente estável com seu vizinho procurando resolver suas questões baseada no Direito Internacional, tentando se proteger da China e ao mesmo tempo mantendo uma relação de amizade com o país.

Em relação ao Vietnã percebe-se que o país por muito tempo passou por problemas internos, durante muito tempo foi colonizado, inclusive pela própria China, e logo em seguida a sua independência perdeu o controle das Ilhas de Paracel, durante a Guerra Fria o país foi dividido em dois, cada um com posições diferentes em relação a soberania dos arquipélagos. Apesar de todos esses impasses, após a sua reunificação, o país conseguiu se consolidar como um player internacional, se tornando o segundo maior exportador de peixes da região, conseguindo concorrer de alguma forma contra o grande poder regional, realizando eleições nas Ilhas Spratly e buscando firmar parcerias com outras potencias extra regionais na tentativa de se fortalecer frente a China.

As Filipinas por outro lado sempre estiveram muito próximas do governo norte-americano, por muito tempo o país ficou sobre o controle dos Estados Unidos, os representando na região, hoje em dia não é diferente. A China tenta estabelecer relações com o país, pois apesar de buscar o seu fortalecimento, o país não tem interesse em gerar uma disputa armada na região, visto que isso interferiria no seu próprio crescimento. Com isso as Filipinas acabam utilizando uma estratégia interessante no qual mantem relações com o seu concorrente e ao mesmo tempo estabelece relações com os EUA para se proteger caso for ameaçada, juntamente a isso, toma medidas mais ousadas renomeando o Mar do Sul da China para Mar ao Leste das Filipinas e entrando na CIJ contra a China em relação a soberania das Ilhas.

Tento isso em mente, observa-se que essa é uma questão complexa que não parece ter um fim no futuro próximo, pois nenhum dos países tem a intensão de abrir mão dos territórios

e a China não se mostra disposta a tentar resolve-la através do Direito Internacional e dos Tribunais de Justiça Internacional, buscando resolver essas questões bilateralmente o que não satisfaz a outra parte, gerando assim um ciclo contínuo de disputa e ameaças na região.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Retornando a pergunta inicial: como as ações chinesas de militarização impactam nos países ao seu redor? É válido afirmar, com base no que foi descrito durante o trabalho, que a relação da China com os seus vizinhos tem se tornado cada vez mais conturbada ao longo do século XXI, apesar de não ser uma questão nova a busca pelo domínio do Mar do Sul da China tem tomado proporções maiores devido a assertividade do governo chinês em garantir o seu pleito, e em resposta os países ao seu redor têm adotado medidas também mais efetivas para tentar barrar de alguma forma essa expansão chinesa.

No primeiro capítulo foi apresentado a história referente as disputas que ocorreram na região ao longo dos anos, mostrando como a área passou pela mão de vários países. Em um segundo momento foi possível ressaltar acontecimentos mais recentes entre embarcações chinesas, filipinas, vietnamitas e de outros países. Logo depois foi feita uma breve análise de como esses episódios interferem na formação de políticas nacionais e internacionais dos países, não só regionais, mas também extra regionais, incluindo os Estados Unidos, conhecido como grande hegemom regional. É importante destacar que apesar do tema parecer distante, as consequências de atos envolvendo a China e os Estados Unidos podem influenciar o Brasil, uma vez que o país tem como principais parceiros os Estados Unidos e a China.

No segundo capítulo buscou-se fazer uma ponte entre a teoria das relações internacionais e os fatos ocorridos na região do Mar do Sul da China. Foi utilizada da teoria realista, desde filósofos clássicos até importante nomes como Kenneth Waltz, John Herz e John Mearsheimer, mas trabalhando pela perspectiva do realismo defensivo, uma vez que a China militariza a região com objetivo de mitigar os seus riscos em relação aos outros Estados. E no segundo momento é mostrado o processo de militarização chinesa, inclusive naval, mostrando como o governo chinês, principalmente após a revolução, tem procurado afirmar a sua

soberania e seu poder, tendo como um dos principais objetivos assegurar o seu domínio no Mar do Sul da China.

E por fim, no terceiro capítulo são trabalhadas as consequências trazidas pelas ações chinesas e como os países banhados pelo o MSC se comportam a luz dessa posição mais assertiva da China, com destaque ao Vietnã e as Filipinas, pois esses dois são, além da China, os dois principais contestantes das ilhas em discussão. Foi mostrado um pouco da história da relação da China e o Vietnã e como ao longo do tempo estas tem sido de alguma forma bipolar e como, hoje, vemos de algum modo um tipo de aproximação, mas também uma certa ressalva em relação as políticas de expansão dos países. Outro caso apresentado é o das Filipinas, trazendo também parte da história entre os dois países e como ao longo dos anos o país tem visto como um aliado dos Estados Unidos na região, causando um certo balanceamento de poder na área. E no último tópico foi trabalhado as consequências que as ações chinesas levam para os outros países contestantes como Brunei e Malásia, mas também países como o Japão e a Indonésia que apesar de não estarem diretamente ligados a questão, mas que tem enorme interesse na área.

Após o um estudo sobre o tema, conclui-se que o problema com o Mar do Sul da China é muito complexo e que envolve vários fatores e atores. Que apesar de ter uma resolução por meios diplomáticos e com base no direito internacional, falta ao governo chinês uma flexibilidade nas suas ações, uma vez que, como foi dito anteriormente, busca estabelecer apenas relações bilaterais, que muitas vezes beneficiam o a China, mas acabam renegando as aspirações dos outros. Adicionando a isso, fica claro que a China não tem nenhum interesse em respeitar as decisões dos tribunais internacionais referentes ao MSC, como foi visto no caso das Filipinas.

Outro ponto que é não pode deixar de ser citado é o fato que a ascensão chinesa como uma grande potência regional pode acarretar uma mudança no status quo estabelecido, ameaçando assim a hegemonia norte-americana que apesar de não tomar atitudes diretas contra o governo chinês, tenta garantir esse status através das operações de livre navegação, tentando de alguma maneira barra a expansão chinesa. Durante alguns anos a relação dos EUA e a China tem sido relativamente estável sem nenhum conflito direto, no entanto, o atual presidente americano Donald Trump não parece estar tão satisfeito com as ações do seu par, Xi Jinping, como foi visto no capítulo 1.

Sendo assim, conclui-se que o governo Xi Jinping tem duas opções: ou tenta resolver o problema de forma diplomática baseado nas leis do direito internacional, ou então se dispõe a resolver a questão pelo um viés mais efetivo, gerando realmente um conflito, no entanto essa última opção pare um pouco improvável uma vez que não é de interesse de nenhuma dos envolvidos, muito menos chinês, que ocorra uma guerra na sua zona de influência, pois o seu desenvolvimento está ligado diretamente com a estabilidade na região. Concordando com Mearsheimer (2014) o crescimento chinês não será tão pacífico, devido ao fato da política internacionais ser um negócio perigoso e que independente da boa vontade dos envolvidos, o processo de mudança de poder não se dar de maneira pacata. Essa é a tragédia da grande política de poder.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANH, N.T.L. **Origins of the South or the China Sea Dispute**. In: Huang, J., BILLO, a. (Ed.). **Territorial and Disputes in the South China Sea Navigating Rough Waters**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

BARRANTES, FILIPE. **A Política Externa da República Popular da China e o papel da vertente militar na consecução dos seus objetivos**. Lisboa: FUN: FCHS: DEP, 2015

BBC. **China accuses Vietnam in South China Sea row**. 2011b. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-13723443>>. Acesso em: 04 de setembro de 2019.

CNN. **China country profile**. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-13017877>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

BBC. **Vietnam accuses China in seas dispute**. 2011a. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-13592508>>. Acesso em: 04 de setembro de 2019.

BBC. **Vietnam protesters attack China over sea dispute**. 2014. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-27362939>>. Acesso em: 06 de setembro de 2019.

BLOOMBERG NEWS. **Vietnam Demands Taiwan Cancel Spratly Island Live Fire Drill**. 2012. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2012-08-23/vietnam-demands-taiwan-cancel-spratly-island-live-fire-drill>>. Acesso em: 05 de setembro de 2019.

BRASIL. Decreto nº 9165,12 de março de 1990. **Promulgada a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar**, artigos 55 a 59 e 121.

BROWNE, Ryan. **US B-52s fly near contested islands amid China tensions**. 2018. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2018/09/26/politics/us-b52s-china-tensions/index.html>>. Acesso em: 07 set. 2019

CARLETE, Anna. **Os desafios Atuais da China de Xi Jinping**. In: LIMA, Marcos Costa. Sobre a China. Recife: Editora UFPE, 2018. P. 23-50

CARLSON, Allen. On Being Sovereign During a Time of Increased Interdependence: China's Evolving Approach to Sovereignty an its Implications for Chinese Foreign Relation. In: BRESLIN, Shaun. **Handbook of China's International Relations**. London: Routledge, 2010. P. 55-63.

CARRIÇO, Alexandre, 2012. **Implicações estratégicas e operacionais para a segurança no Leste da Ásia com a entrada ao serviço do porta-aviões Shi Lang e do J-20 da República Popular da China**. Lisboa, Revista Militar, 2012.

CHEUNG, Tai Ming. Modernizing the People's Liberation Army: aims and implications. In: BRESLIN, Shaun. **Handbook of China's International Relations**. London: Routledge, 2010. P. 114-125.

CHINA. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. Diplomatic History. Events and Issues. **Set aside dispute and pursue joint development**. Disponível em: <[https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/ziliao\\_665539/3602\\_665543/3604\\_665547/t18023.shtml](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/ziliao_665539/3602_665543/3604_665547/t18023.shtml)> l> Acessado em: 4 de abril de 2019

CNN. China, **Philippines locked in naval standoff**. 2012. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2012/04/11/world/asia/philippineschinanavalstandoff/index.html?no-st=9999999999>>. Acesso em: 04 de setembro de 2019.

CNN. **Pentagon says Chinese vessels harassed U.S. ship**. 2009. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2009/POLITICS/03/09/us.navy.china/index.html>>. Acesso em: 04 de setembro de 2019.

FAKHOURY, Renato Matheus Mendes. **AS DISPUTAS MARÍTIMAS NO MAR DO SUL DA CHINA: ANTECEDENTES E AÇÕES MILITARES NO SÉCULO XXI**. In:

**GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE CONFLITOS INTERNACIONAIS, 3.**, 2019, Marília. Séries de Conflitos Internacionais. São Paulo: Unesp, 2019. p. 1 - 9.

FEODRIPPE, Rita de Cassia Oliveira. **A Importância da Tecnologia de Vigilância para a Estratégia Marítima Chinesa no Mar do Sul da China**. 2019. 107 f. Tese- Curso de Pós-graduação em Estudos Marítimos, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2019

GAOUILLE, Nicole; COHEN, Marshall. **US sanctions Chinese military for buying Russian weapons**. 2018. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2018/09/20/politics/russia-china-sanctions-caatsa-state-dept/index.html>>. Acesso em: 06 set. 2019

GARCIA, Zenel. **China's Military Modernization, Japan's Normalization and the South China Sea Territorial Disputes**. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2019.

GRAMMATICAS, Damian. **China bangs the war drum over South China Sea**. 2012. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-china-18016901>>. Acesso em: 05 de setembro de 2019.

HELLENDORFF, Bruno. 'Coopetition' and Risk Tolerance in the South China Sea: Indonesia and Malaysia's Middle Power Strategies. In: FELS, Enrico; VU, Truong-minh. **Power Politics in Asia's Contested Waters: Territorial Disputes in the South China Sea**. Switzerland: Springer, 2016. Cap. 14. p. 289-318.

HEYDARIAN, Richard Javad. The US-Philippine-China Triangle: From Equi-balancing to Counter-Balancing amid the South China Sea Disputes. In: FELS, Enrico. **Power Politics in Asia's Contested Waters: Territorial Disputes in the South China Sea**. Germany: Springer, 2016. Cap. 16. p. 337-357.

HERZ, John. **Idealist Internationalism and Security Dilema**. World Politics.1950

HIEP, Le Hong. **Vietnam's Pursuit of Alliance Politics in the South China Sea**. In: FELS, Enrico; VU, Truong-minh. **Power Politics in Asia's Contested Waters: Territorial Disputes in the South China Sea**. Germany: Springer, 2016. Cap. 13. p. 271-288.

JAMANDRE, Tessa. **China fired at Filipino fishermen in Jackson atoll**. 2011. Disponível em: <<https://news.abs-cbn.com/-depth/06/02/11/china-fired-filipino-fishermen-jackson-atoll>>. Acesso em: 10 set. 2018.

LANTEIGNE, Marc. The South China Sea in China's Developing Maritime Strategy. In: FELS, Enrico; VU, Truong-minh. **Global Power Shift: Power Politics in Asia's Contested waters**. Switzerland: Springer, 2016. P. 97-115.

LEE, Victor Robert. Satellite Images: **China Manufactures Land at New Sites in the Paracel Islands**. 2016. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2016/02/satellite-images-china-manufactures-land-at-new-sites-in-the-paracel-islands/>>. Acesso em: 06 de setembro de 2019.

LONDON, Bred. CNN. **Photos show how close Chinese warship came to colliding with US destroyer**. 2018. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2018/10/02/politics/us-china-destroyers-confrontation-south-china-sea-intl/index.html?no-st=1539116841>>. Acesso em: 07 de setembro de 2019.

MANGOSING, Frances. **DND confirms report on expulsion of PH vessels by Chinese ships**. 2014. Disponível em: <<https://globalnation.inquirer.net/100159/dnd-confirms-report-on-expulsion-of-ph-vessels-by-chinese-ships>>. Acesso em: 06 de setembro de 2019.

MANGOSING, Frances. **US warplanes in Clark conduct fly ops on Scarborough Shoal**. 2016. Disponível em: <<https://globalnation.inquirer.net/138846/us-warplanes-in-clark-conduct-fly-ops-in-scarborough-shoal>>. Acesso em: 06 de setembro de 2019.

MARTINA, Michael; TORODE, Greg; BLANCHARD, Ben. **China scrambles fighters as U.S. sails warship near Chinese-claimed reef**. 2016. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-southchinasea-usa-china-idUSKCN0Y10DM>>. Acesso em: 06 de setembro de 2019.

MCEWEN-FIA, Susan; BRAND, Alexander. Navigating Stormy Waters: The Triangular Relationship between the United States, Vietnam and China and the South China Sea Disputes. In: FELS, Enrico; VU, Truong-minh. **Power Politics in Asia's Contested Waters: Territorial Disputes in the South China Sea**. Switzerland: Springer, 2016. Cap. 12. p. 247-270.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: Norton, 2014. Updated Edition.

NAESS, T. Dangers to the Environment. In: Kivimäki, T. (ed). **War or Peace in the South China Sea?** Copenhagen: Niass Press. Cap. 4, 43-53, 2002.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Realismo. In: NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 20-55.

PANDA, Ankit. **After Months of Waiting, US Finally Begins Freedom of Navigation Patrols Near China's Man-Made Islands**. 2015. Disponível em:

<<https://thediplomat.com/2015/10/after-months-of-waiting-us-finally-begins-freedom-of-navigation-patrols-near-chinas-man-made-islands/>>. Acesso em: 06 de setembro de 2019.

PANDA, Ankit. **Japan's Foreign Minister Cancels Plans to Visit China**. 2016. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2016/02/japans-foreign-minister-cancels-plans-to-visit-china/>>. Acesso em: 06 de setembro de 2019.

PANDA, Ankit. **Vietnam Protests as China Lands Civilian Aircraft on Newly Constructed Spratly Airstrip**. 2016. Disponível em:

<<https://thediplomat.com/2016/01/vietnam-protests-as-china-lands-civilian-aircraft-on-newly-constructed-spratly-airstrip/>>. Acesso dia: 06 de setembro de 2019.

PEREIRA, RUI PEDRO. **A Questão do Mar do Sul da China no Contexto das Relações entre a China e os Países do Asean**. Caparica: IDN- Revista Nação e Defesa, 2014.

PERLEZ, Jane. **China gets tough as Vietnam claims disputed islands**. 2012. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20120626045014/http://www.smh.com.au/world/china-gets-tough-as-vietnam-claims-disputed-islands-20120622-20th6.html>>. Acesso em: 05 de setembro de 2019.

PHILLIPS, Tom; HOLMES, Oliver; BOWCOTT, Owen. The Guardian. **Beijing rejects tribunal's ruling in South China Sea case**. 2016. Disponível em:

<<https://www.theguardian.com/world/2016/jul/12/philippines-wins-south-china-sea-caseagainst-china>>. Acesso em: 07 de setembro de 2019.

RADITIO, Klaus Heinrich. **Understanding China's Behaviour in the South China's Sea**. Sydney: Palgrave Macmillan, 2019.

REUTERS. **China to formally garrison disputed South China Sea**. 2012. Disponível em:

<<https://www.reuters.com/article/us-china-sea/china-to-formally-garrison-disputed-south-china-sea-idUSBRE86L08B20120722>>. Acessado em: 05 de setembro de 2019.



SANGER, David E.; GLADSTONE, Rick. **Piling Sand in a Disputed Sea, China Literally Gains Ground**. 2015. Disponível em:

<<https://www.nytimes.com/2015/04/09/world/asia/new-images-show-china-literally-gaining-ground-in-south-china-sea.html>>. Acesso em: 06 de setembro de 2019.

SILVA, Alexandre Pereira da. Aspectos jurídicos e políticos das disputas no Mar da China Meridional. In: LIMA, Marcos Costa. **Perspectivas Asiáticas**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado, 2016. Cap. 11. p. 271-298.

SILVA, MARCO. **Disputas por soberania no Mar do Sul da China: um desafio da política externa chinesa**. São Paulo: Brazilian Journal of International Relations, 2015.

STARR, Barbara. CNN. **US Navy proposing major show of force to warn China**. 2018. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2018/10/03/politics/us-navy-show-of-force-china/index.html>>. Acesso em: 07 de setembro de 2019.

TAIPEI TIMES. **China defends shooting of Vietnamese**. 2005. Disponível em: <<http://www.taipeitimes.com/News/world/archives/2005/01/16/2003219623>>. Acesso em: 04 de setembro de 2019

THE FREE LIBRARY. **Bush pleased by release of U.S. crew from China**. 2001. Disponível em:

<<https://www.thefreelibrary.com/Bush%20pleased%20by%20release%20of%20U.S.%20crew%20from%20China-a073374676>>. Acesso em: 04 de setembro de 2019.

UBAC, Michael Lim. **It's official: Aquino signs order on West Philippine Sea**. 2012.

Disponível em: <<https://globalnation.inquirer.net/50012/its-official-aquino-signs-order-on-west-philippine-sea>>. Acesso em: 05 de setembro de 2019.

USA. Naval Surface Force; U.s. Pacific Fleet Public Affairs. 2018 **CARAT Builds Cooperation. 2018**. Surface Warfare Magazine. Disponível em:

<<https://www.public.navy.mil/surfor/swmag/Pages/2018-CARAT-Builds-Cooperation.aspx>>. Acesso em: 07 set. 2019.

WALTZ, Kenneth. **Teory of International Politics**. New York: Mac Graw Hill, 1979

WERNER, Ben. **USS McCampbell FONOP Past Paracel Islands Irks China**. 2019.

Disponível em: <<https://news.usni.org/2019/01/07/40202>>. Acesso em: 07 set. 2019.

WHALEY, Floyd. **U.S.-Philippine War Games Start Amid China Standoff**. 2012.

Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2012/04/17/world/asia/amid-standoff-with-china-philippines-holds-war-games-with-us.html>>. Acesso em: 04 de setembro de 2019.

XIAOBO, Liu. **HOW CHINA CAN RESOLVE THE FONOP DEADLOCK IN THE SOUTH CHINA SEA**. 2019. Disponível em: <<https://amti.csis.org/how-china-can-resolve-fonop-deadlock/>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

ZHENG YI, Wang. Researching International Relations in China: from security to international political economy. In: BRESLIN, Shaun. **Handbook of China's International Relations**. London. Routledge, 2010. P. 13-21.